

ATA N.º 2.1/XIV/2026

Sessão Ordinária fevereiro/2026

1ª Reunião - 27/02/2026

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e seis minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a 1ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção do Público;
- 2 - Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Atas do XIII Mandato 2021-2025:
 - 3.1.1 - Ata nº 5/25 - XIII Mandato - Sessão Ordinária de junho - 27.06.2025;
 - 3.1.2 - Ata nº 6/25 - XIII Mandato - Sessão Ordinária de setembro - 26.09.2025;
 - 3.2 - Atas do XIV Mandato 2025-2029:
 - 3.2.1 - Ata nº 1/25 - XIV Mandato - 1ª Reunião de Funcionamento - 05.11.2025;
 - 3.2.2 - Ata nº 2/25 - XIV Mandato - 1ª Sessão Extraordinária - 09.12.2025;
 - 3.2.3 - Ata nº 3.1/25 - XIV Mandato - Sessão Ordinária de dezembro - 1ª reunião - 18.12.2025;
 - 3.2.4 - Ata nº 3.2/25 - XIV Mandato - Sessão Ordinária de dezembro - 2ª reunião - 19.12.2025;
 - 3.2.5 - Ata nº 1/26 - XIV Mandato - 3ª Sessão Extraordinária - 30.01.2026;
 - 3.3 - 1ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano;
 - 3.4 - Aprovação da Delegação de Competências para os Agrupamentos de Escola da Moita e respetiva contrapartida financeira no âmbito do processo de Descentralização da Educação;
 - 3.5 - Versão final - Projeto de Regulamento para a atribuição no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível do Município da Moita;
 - 3.6 - Proposta nº 100/XIV/2026, aprovada por maioria na reunião ordinária da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2026 - Lançamento de Hasta Pública para a Concessão de Exploração na área interior do Mercado Municipal da Moita - Retificação de Erro Material (artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo);
 - 3.7 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

No Grupo Municipal da CDU - Coligação Democrática Unitária:

- Susana Paula da Silva Vasques foi substituída por Eli Andrea Matias Dias Barros Rodrigues;
- João Miguel da Silva Romba foi substituído por Ricardo José Torres Freitas da Paz

No Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

- Diogo Domingues Louro foi substituído por Maria Alice dos Santos Cantante

Verificação de ausências:

- Após a substituição efetuada não se verificaram ausências.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Alfredo Rodrigues Vieira, João Pedro Vaz Figueiredo, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Paulo Jorge Barbosa Vieira, Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Joana Sacoto Neves de Santos Flores.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Permitam-me só fazer um alerta. A forma como as pessoas se exprimem é livre, mas a nossa liberdade termina quando condiciona a liberdade dos outros, portanto, peço o máximo respeito por toda a gente e que as coisas sejam, realmente, para aprofundar, democraticamente, os problemas que existam e possam conduzir a sua resolução.”

Sr. Manuel Rodrigues

« Venho aqui a pedido dos jovens que costumam assistir estas sessões e que pediram para eu voltar a intervir, porque eu já não me apetecia. Venho aqui porque muitos me pedem para intervir, contra a vontade de muitos perfis falsos que não me podem nem ver, mas essas pessoas não votam, são perfis falsos, e a pedido do Paulo Caetano, que era para estar aqui, mas está a ouvir-me em casa, com certeza.

É pá, não quero entrar nas coisas que entrei antes, acho que isto evoluiu, é uma nova Assembleia Municipal, é uma nova vereação, neste momento, há uma vereação que tem a maioria do Chega e do PCP, o que revela alguma coisa e espero que vocês saibam fazer e respeitar as pessoas que votaram em vocês. É pá, e tenho visto notícias sobre a minha terra que me incomodam imenso, e a notícia que mais me está a incomodar é manifestação de amanhã pelo fecho da maternidade do hospital do Barreiro. As pessoas, como vocês que estão na política, têm que sentir isto. Deixarmos de ter sítio para as pessoas irem à noite ter os seus filhos, ao fim de 50 anos do 25 de Abril, tem que nos envergonhar a todos. Isto é uma vergonha. E porque é que isto acontece? Porque não há dinheiro para pagar aos obstetras, paga-se mal aos médicos, paga-se mais aos deputados, aos políticos. Eu estudei um ano de Ciências e no primeiro ano de Ciências da Faculdade de Lisboa, eu estudei na faculdade, não era cursos online, e depois fiz uma licenciatura em gestão e fiz várias pós-graduações, e eu no primeiro ano de física estudei Copérnico. O Copérnico foi morto porque disse que a Terra girava à volta do Sol portanto, eu não me importo que vocês me condenem. Esperava que vocês me compreendessem, porque é que eu tenho esta atitude na vida, porque, se calhar, estamos aqui todos porque pessoas como o meu pai fizeram acontecer Abril, e temos que respeitar o que aconteceu nestes 50 anos, é pá, e dizer que vamos fechar a urgência obstétrica fez-me pensar algumas coisas, apetecia-me ir à manifestação de amanhã, não sei se vou, mas eu gostava de dizer qual é a minha mensagem.

Não há dinheiro para os médicos, porque o estado esbanja dinheiro de toda a maneira. O Estado tornou-se uma organização que está perdida a gastar dinheiro. Nós pagamos cada vez mais impostos e cada vez gasta-se mais. É pá, e um dia tem que parar. Porque é que não há dinheiro para os médicos no hospital do Barreiro? Porque em 300 câmaras deste país há um Presidente de Câmara e, em Lisboa, há 20 vereadores. Como é que nós podemos estar a pagar ordenados a vereadores que não fazem nada nas câmaras, porque as câmaras estão recheadas de quadros extraordinários, chefes de departamentos, nas avaliações desta Câmara os excelentes foram todos para os quadros superiores. Se nós temos quadros superiores, porque é que temos de pagar a vereadores, carros dos vereadores, assessores, assessores com viaturas? No hospital do Barreiro estão 21 administradores, há um administrador que ganha ordenado para fazer a exposição à porta do hospital. Então não é tempo de nós pouparmos nalguns sítios e gastarmos onde é preciso, e pagar obstetras bem pagos, porque se pagarem as pessoas vão lá? Gasta-se dinheiro em tudo menos naquilo que é essencial. Nós temos que garantir a saúde, a habitação e o ensino às pessoas. Se gastamos dinheiro nesta porcaria toda, em tudo isto, e depois estamos a contratar pessoas para certas funções com o 11º ano, isso é dizer às pessoas que estudaram, que têm licenciaturas, doutoramentos, e nós temos nesta terra pessoas fantásticas, e depois damos um lugar ao indivíduo que tem um cartão do partido, damos-lhe um carro descaracterizado para ele poder ir para onde quiser. É pá, é tempo de parar com estas coisas. Tomem consciência que os nossos impostos são 30% acima do que devíamos pagar. Podíamos ser todos mais felizes se pagássemos menos impostos. Eu estou aqui a falar em nome das pessoas que sofrem e passam por isto.

Por fim, o ensino. É pá, eu vi há dias um jovem chegar à sessão de Câmara e dizer o que se está a passar na escola onde eu fui professor, eu fui professor no Vale da Amoreira e na escola aqui da Moita. Os jovens ainda vão por um caminho de areia para a escola. Eu ia por aquele caminho de areia namorar com as miúdas e cheguei quase a morrer num charco que ali estava, havia um charco que eu ia morrendo ali. Os jovens ainda vão por aqueles caminhos de areia, não há um acesso à escola. Já viram o que é os jovens cresceram num ambiente destes, numa terra como esta, os jovens filhos dos pobres, porque quem for para o privado tem uma ciclovia para chegar à escola do privado. É pá, eu pedia a todos vocês que tomassem consciência do que se está a passar nesta terra. Pensem nas pessoas.

Por fim, a habitação. O que se está a passar com a habitação em Portugal porque não há casas é uma coisa muito simples, é que se fizeram leis, há um indivíduo que é o Augusto Mateus, que era Ministro da Economia, um dia tomei café com ele e ele disse-me duas coisas, “Manuel só vai para a política os incompetentes”, e disse-me outra coisa, “nós vamos mudar a lei do arrendamento e vamos mudar Portugal”. E quando ele me disse aquilo... E mudaram a lei do arrendamento e faz-se tudo o que se quer com o arrendamento. Porque é que as coisas estão assim? Porque se permite que vivam 6, 7, 10 pessoas, hoje em dia qualquer pessoa chega a Portugal e aluga um quarto, ou aluga uma casa, isso é legítimo, só que as pessoas não se estão a aperceber é que estas pessoas que estão a alugar quartos estão a fazer com que os nossos filhos também tenham que viver em quartos, tenham que viver na casa dos pais até aos 29 anos, e estão-se a ir embora. E estão-se a ir embora porquê? O meu filho é médico, foi para Londres, então o meu filho vê que os políticos ganham mais do que ele, sem saberem nada chegam aos sítios, fazem o 11º ano. Ele estudou 17 anos, não há lugar para ele em Portugal, pagam mal, foi-se embora. Aqui há lugar para toda a gente que se mete onde não se devia.

Por fim, habitação. É pá, houve uma pequena urbanização feita aqui na Moita, que eu fui espreitar há dias, eu espero que a urbanização que foi feita com os dinheiros do PRR seja ocupada pelas pessoas que precisem da Moita, e quando acordarem que essa urbanização não esteja ocupada por pessoas que não pagam impostos e tudo o mais.

Por fim, só dizer que aquilo me trouxe aqui muitas vezes, que foi querer fazer uma exposição aqui e uma conferência e nunca receber resposta, a oferta da mesa de xadrez recebi um e-mail há uns dias não me responderam mais, portanto, ninguém sabe o que é que anda aqui a fazer e só dizer que, neste momento, o processo em tribunal que eu tenho feito pelo Presidente da Câmara, eu não aceitei a suspensão e quero ir para julgamento. Quero ser julgado. Quando eu for preso, se for preso, espero que haja uma cadeia para presos políticos, porque eu não quero ir viver para uma cadeia de delito comum, quero ir vier para Évora, onde estive o Sócrates, onde teve um tal Vara. É pá, na Moita há um indivíduo, que sou eu, que passado 50 anos depois do meu pai ter sido preso estou com processo em julgamento porque disse algumas coisas um bocadinho mais exageradas numa rede social. Portanto, vocês tomem consciência que vocês todos estão aqui são coniventes que na Moita há um indivíduo que está a ser julgado por ser a pessoa que eu sou, mas eu sou assim porque sofri muito nesta terra.

E agora vou-me embora e peço desculpa a todos.»

Sra. Cláudia Ribeiro

“Temos falado muito na questão da tempestade Kristin, mas a verdade é que eu sofro ainda com a tempestade Martinho. A minha casa foi alvo da intempérie Martinho, na altura, voou uma viga de cimento que veio a planar da escola secundária da Moita e entrou-me pelo quintal dentro, destrui telheiro, muros, pavimento, cadeiras, tudo. Na altura, reportamos logo diretamente à GNR da Moita para fazer o auto, falei com o senhor Presidente Fabrício, que me disse para, de imediato, recorrer a fazer orçamentos para entregar, percebendo posteriormente que não pertencia à Junta de Freguesia fazer esta questão da resolução deste problema, mas sim à Câmara. Mais tarde, entregamos o orçamento à Câmara, o que foi desde logo muito complicado fazer, realmente, arranjar orçamentos, porque todas as pessoas mostram-se reticentes em trabalhar com órgãos públicos. Conseguimos realmente reunir 3 orçamentos, entregamos na Câmara Municipal, trocamos alguns e-mails com o senhor Vereador António.

Posteriormente, fomos convocados para ir a uma reunião na qual ele nos informou que deveria ir para o jurídico e que solicitava de novo os documentos do auto da GNR., documentos esses que são pagos para uma entidade privada, mas para uma entidade pública são gratuitos. Mesmo assim, nós recorremos a esses documentos e entregámos tudo certinho juntamente com os orçamentos. Mais tarde, veio-nos a informação do jurídico, ou seja, por parte do vereador António, que os seguros não iriam assumir a responsabilidade, ficando nós à espera que a Câmara assumia essa responsabilidade. O meu pai, nesta terra, é conhecido já há muitos anos, não só pelo percurso profissional dele no Moitense, como também na Praça de Touros Daniel Nascimento, nós somos membros da Moita, contribuímos todos os anos na Moita, desde sempre, e estamos à espera de uma resolução de boa fé da Câmara Municipal da Moita porque, neste momento, e não requeremos nem as mesas, não

requeremos nem os bens de jardim, candeeiros, nada, só queremos que tratem dos muros e do telheiro que foi arrombado pela viga. O resto das coisas nós não nos importamos com elas, queremos sim a resolução do telheiro e dos muros, porque isso é que provoca esta insegurança toda, e não só, porque houve agora atualmente a tempestade Kristin, estas tempestades que ocorreram e devido à insegurança que está a haver na escola secundária da Moita, por sorte, agora nós não tivemos outra vez os telhados a voarem para o nosso lado porque o vento estava a favor de ir para a parte da área descoberta onde não havia habitação. É isto que me traz cá e agradeço então que se faça justiça, está bem? Obrigado.”

Sr. João Henriques

“Eu estou muito admirado com uma situação que se passa há 1 ano e uns meses, e o que me traz cá, e eu tanto falo bem como falo mal, é que esta Câmara começa com as obras, mas depois não as concluem. Eu volto a repetir outra vez. Começam as obras, mas não as concluem, metem os placares do que vão fazer. Na estrada nacional número 11 que vai da rua dos Marítimos à rua Eça de Queirós, que é do bairro São Sebastião, está o projeto em que era para fazer uma estrada e fazer um género de uma rotunda. Não foi feito. O buraco foi feito, taparam o buraco não foi feito. Em Alhos Vedros, na rua Cândido dos Reis, fizeram as obras, há 6 meses que as obras foram feitas, a estrada está toda partida, a firma, não sei se foi a firma ou não, pôs lá um bocado de gravilha e está remendado. Também não concluíram a obra, porque a obra era para chegar à estação dos caminhos de ferro.

Eu queria dizer ao senhor Presidente, com todo o respeito, que não sei se o senhor Presidente, conheço o senhor Frederico Rosa. O senhor Frederico Rosa é o Presidente da Câmara do Barreiro. Esse senhor tem feito um trabalho excesso excecional, tem remodelado centros de saúde, está a fazer um centro de saúde de raiz nos Fidalguinhos. E é isto que tenho para dizer.”

Sr. António Rodrigues

“Vou tentar não ser irónico como fui da última vez há 1 mês atrás. Não sabia que havia aqui gente tão sensível e vou tentar ser menos irónico, aliás, até vou falar pouco. Eu só gostava de saber se durante este mês foi feita alguma coisa, se alguma coisa foi planeada, houve sensibilidades que se mexeram, porque há 1 mês atrás a maior parte das bancadas nem falou, até pensei que não existissem aqui, e acho que os habitantes ali da Barra Cheia e dos Brejos da Moita merecem um bocadinho mais de consideração. Já que durante muitos anos não houve consideração nenhuma, espero que agora, depois de se ter levantado este problema, pelo menos haja o bom senso de todas as bancadas de dizerem qualquer coisa sobre o assunto.

O mês passado, houve a promessa do senhor Presidente que, supostamente, era para avançar a água canalizada naquela zona, e eu acredito nisso, mas eu acho que isto é um trabalho que tem que ser feito não só pela gestão da Câmara agora, mas sim por toda a gente, porque isto é um assunto público. A Amarsul é uma empresa legal, mas trabalha de forma ilegal. Manda águas contaminadas para fora e recolhe o lixo não tratado. O que eu queria saber era o que é que a Câmara pensa sobre o assunto e as restantes bancadas, porque eu acho que o mês passado houve aí respostas em Braille, e pelo menos ali os senhores do PCP, achando-me irónico, responderam-me, apesar de ainda estar à espera de um telefonema de alguém deles, mas pronto.

Era só isso que eu queria dizer, espero que alguém responda e que tenham consideração, já que durante tantos anos não tiveram consideração nenhuma por aquelas pessoas. Ouvi aqui há uns anos um responsável autarca aqui da Câmara comunista a dizer que moravam lá meia dúzia de pessoas. É pá, eu acho que são coisas que se pensam, mas não se dizem, não vale tudo por causa dos votos, e agradecia que todas as bancadas, hoje, dissessem alguma coisa sobre o assunto.”

Sra. Ilda Rodrigues

“Eu venho aqui apresentar a minha situação, porque eu fiz uma reclamação na nossa Câmara no dia 9/01/2025, porque houve uma rutura de água na minha rua, que foi retificada, que o abateu há 2 anos e com os dois invernos fortes que têm sido e a água que vem pela estrada abaixo, e uma vala que foi aberta de uma empresa que lá está num terreno a seguir, que a chuva levou a terra toda junto ao alcatrão, portanto, está uma grande quebra no asfalto, que todos os camiões e autocarros que lá passam fazem um barulho tremendo, e eu tenho o meu muro danificado em 4 sítios. Pedi que houvesse qualquer interferência no assunto, mas não houve. Já vim várias vezes à Câmara, mas nada foi feito, porque a estrada é pública, não é minha, mas está a danificar o que é meu. Eu agradecia, por favor, que tivessem um bocadinho de consciência do que está, porque aquilo é uma estrada pública onde está o trânsito todo canalizado, que é a rua Povo Unido. Se fosse o Cristiano Ronaldo talvez houvesse um bocadinho mais de atenção do que pelo meu lado.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Em primeiro lugar, a questão que foi aqui trazida, não me vou perder com lateralidades que não têm qualquer tipo de fundamento e vou responder só desta forma para não entrar em detalhe, porque isso seria estar a fazer o jogo de quem vem para cá tentar desinformar, mas foi tocado um ponto que eu considero muito, mas muito, muito importante, que é relacionado com a saúde e o encerramento das urgências de obstetrícia.

Quero-vos dizer que, no passado, quando era um governo socialista, a Câmara Municipal teve a capacidade, e juntamente com outros municípios aqui da Área Metropolitana, nomeadamente, Barreiro, Montijo e Alcochete, de pedir uma reunião ao senhor Ministro e a decisão que parecia já tomada reverteu. O que é certo é que nos últimos anos, já vão para lá de 2 anos em que esta Ministra é a Ministra da Saúde, só hoje, por muito muita insistência da Câmara Municipal da Moita, recebemos a confirmação de mais uma data, vamos ver se esta é definitiva e se não é desmarcada, novamente, à última da hora. Mas, por muita insistência da Câmara da Moita, foi possível ter a confirmação de uma data para dia 10 de março de 2026, às 16h30m, uma reunião da senhora Ministra da Saúde com os demais municípios, ou seja, Moita, Barreiro, Montijo e Alcochete. Foi um esforço que a Câmara da Moita tem feito, a par com os outros municípios que nos acompanham neste processo, todos sentimos esta situação, afeta igualmente todas as nossas populações e terá impacto muito para além das populações destes 4 concelhos, e é por isso mesmo e nesse mesmo sentido que, já em 2025, tínhamos tomado uma posição quando o encerramento era apenas parcial e, desta feita, voltámos então a vincar que não poderíamos aceitar o encerramento das urgências.

Depois, dizer-vos o seguinte, mas porque não quisemos ficar só com a reunião da Ministra, à data em que ainda não estava definida, ainda não tínhamos a data dessa mesma reunião marcada e disponível para nós, a Câmara Municipal da Moita, na passada quinta-feira, assim que soube do encerramento das urgências de obstetrícia, e fomos todos pegos de surpresa, soubemos da notícia pela comunicação social e tivemos que reagir, cada um à sua maneira, também na comunicação social, foi interessante ver os presidentes de Câmara, cada um a responder dos locais onde se encontravam a uma notícia que tinham acabado de receber, e que podemos verificar com os nossos próprios olhos nos mais diversos órgãos de comunicação social.

O que é que a Câmara Municipal fez? A Câmara Municipal da Moita, de imediato, pediu à pessoa do senhor Presidente do Conselho intermunicipal da CIM de Setúbal, neste caso, o Presidente Frederico Rosa, uma reunião de emergência, que passo a citar: “Na sequência da notícia ontem divulgada, relativamente ao encerramento da unidade de obstetrícia do hospital do Barreiro, e atendendo ao profundo impacto que decisão tem para o território e para a Península de Setúbal, venho por este meio solicitar a V. Exa. a convocação, com carácter de urgência, de uma reunião do Conselho Intermunicipal.” Meus senhores, não me vou alongar mais na leitura do email, só para vos dizer que essa reunião terá lugar amanhã às 11 horas. Os nove presidentes que constituem a CIM reunirão amanhã para debater esta matéria, porque este problema, uma vez mais, está muito para lá daquilo que é simplesmente os concelhos abrangidos pelo hospital do Barreiro. Por isso estamos ao lado das nossas populações, sabemos quais são as nossas responsabilidades e repito, sabemos quais são as nossas responsabilidades, e não nos esquecemos de quais são as responsabilidades de quem está no Governo.

Depois, atendendo a outras matérias, e bem, aí aqui assinaladas, a questão da falta de habitação e dos preços especulativos que nós vemos na habitação, é a pensar nisso que a Câmara Municipal da Moita, recentemente, exerceu o direito de preferência num terreno de 38320 m². por apenas 128000 euros, neste caso, na freguesia do Vale da Amoreira, a exemplo do que já tinha feito também da Moita. São terrenos de expansão, terrenos que, futuramente, são para construir habitação, terrenos que no futuro a Câmara pode colocar no mercado para construção de renda a preços não especulativos de rendas acessíveis. São terrenos que irão promover a habitação. A Câmara Municipal tem na sua posse um ativo muito, muito, muito importante e para vos dizer que continuamos a investir, continuamos a adquirir equipamentos e a fortalecer a nossa capacidade de investimento.

Depois, como dizia aqui o senhor João Henriques, a rua de São Sebastião não avançou por dois motivos. Primeiro, foi porque já estávamos no final do mandato anterior e era impossível, com todas as obras que tínhamos em curso, o PRR abraçar mais aquele projeto, e, segundo, não avançou no imediato porque nós quisemos ser ainda mais exigentes, quisemos ser ainda mais ambiciosos. Como alguns conhecem aquela zona, queremos também fazer a rotunda lá em cima do Horizonte Azul, queremos ir desde cá de baixo até ao cruzamento do Horizonte Azul, fazendo ali uma rotunda. O projeto já está feito,

já estamos a encontrar a forma de financiamento, quando finalmente for lançado será do conhecimento de todos.

Quanto ao largo da Misericórdia, que aqui foi trazido, há muito tempo que não se investia tão fortemente em Alhos Vedros, e muito me orgulha estarmos a investir em Alhos Vedros, e ainda hoje veio à Câmara Municipal uma associação a dizer que vai haver mais investimento junto àquele largo da Misericórdia, e com a qual temos trabalhado afincadamente para que o projeto que eles têm, que é muito meritório, que é uma clínica de hemodiálise, possa avançar o mais rapidamente, sendo que, na parte exterior, tudo fizemos e tudo equacionamos para que aquele equipamento possa ali nascer e, na parte exterior, tudo esteja em conformidade.

Relativamente à componente betuminosa dos asfaltamentos, dizer uma coisa tão simples quanto isto, a Câmara Municipal tem fiscais, tinha lá fiscalização, a fiscalização detetou que o que lá estava não cumpria o que a Câmara tinha contratualizado no caderno de encargos e, como é óbvio, a Câmara não pagou aquele trabalho que foi mal executado. Aquele trabalho será executado, a empresa irá executar a aquele trabalho, e a rua terá que ficar fechado ao trânsito há a volta de 10 dias para repavimentarem e executarem bem aquele trabalho para que aquilo não volte a acontecer. Mas aqui, desde já, agradecer aos trabalhadores da Câmara e agradecer à nossa fiscalização que acompanhou o nosso trabalho e que, rapidamente, sinalizou que aquilo não podia continuar e que aquilo não poderia ser de forma alguma aceite ou pago.

Depois, e ainda outras referências que aqui foram feitas pelo senhor João Henriques. Senhor João Henriques, peço imensa desculpa, mas eu não levo lições, nem eu nem os meus vereadores, de qualquer autarca aqui da região. A Câmara Municipal não deve nada a ninguém, a Câmara Municipal da Moita, neste momento, já inaugurou um centro de saúde, já inaugurou uma piscina, os outros irão certamente ainda inaugurar, os outros irão ainda certamente fazer. A Câmara Municipal da Moita está prestes a inaugurar uma pista de atletismo simplificada. A Câmara Municipal da Moita continua, e continuará, a fazer obras, assim como nós esperamos que os outros municípios aqui à nossa volta, porque também são autarcas e querem o melhor para a sua terra, independentemente de seja qual for a sua cor política, possam e continuem a fazer o seu trabalho e a inaugurar a sua obra, mas isso a eles dirá respeito.

Relativamente àquela questão aqui trazida pelo senhor António Rodrigues, dizer-lhe o mesmo que disse na Comissão de Ambiente relativamente à Amarsul. A Câmara Municipal recebeu um telefonema de um administrador da Amarsul, que ligou a dar conta dos lixiviados que estariam a escorrer, ao que eu perguntei, porque o Ecoparque é em Palmela, os terrenos por onde eles iam fazer a trasfega, segundo o que me foi informado, seria em Palmela, perguntei “estão a escorrer para dentro do Concelho da Moita? Não. Então isso ficará, certamente, a cargo da Presidente da Câmara de Palmela”, mas agradei, ainda assim, o contato. Lamento muito, e tenho que o admitir perante vós, que não era verdade aquilo que me foi transmitido. Os lixiviados estavam, efetivamente, a vir para o terreno da Moita, e isso mesmo foi-me dito pelos moradores dos Brejos, porque eu tive a oportunidade de ir ao local ver com os meus próprios olhos, e depois de ver com os meus próprios olhos cheguei à Câmara Municipal e pedi, de imediato, com os registos efetuados pela equipa que me acompanhou, uma queixa à APA e à CCDR, que são as duas entidades que têm competência para atuar nesta matéria.

Também tive o cuidado de salientar na Comissão de Ambiente que a Câmara Municipal estará disponível para apoiar uma associação que se venha a formar e que venha a reivindicar, neste caso, junto da Amarsul os prejuízos causados por aquele ecoparque aos particulares, sendo que, e quero aqui alertar uma vez mais, a Câmara, individualmente, aos particulares nada pode fazer, agora a uma associação que venha a ser criada nesse sentido, para defesa dos interesses das pessoas daquela região, a Câmara Municipal tem toda a capacidade de ajudar, e digo-vos já aqui que tem toda a vontade de querer ajudar, e espero que os contactos feitos nesse sentido pelas pessoas que me contactaram, possam seguir bom caminho, e é a nossa intenção, perante estas circunstâncias, levar água às pessoas. Os projetos têm que ser feitos e depois têm que ser executados, seguindo uma coisa simples, as regras da contratação pública.

E, quando se fala aqui em não poder ajudar diretamente os privados, terem muita atenção que eu não vou responder à senhora Cláudia Ribeiro não porque não queira responder, mas porque, neste momento, não tenho na minha posse as informações necessárias para lhe poder dar a informação que ela necessitaria. Estou disponível para a receber no início da próxima semana, para nos debruçarmos sobre este tema porque, se por um lado, é positivo que as pessoas possam vir aqui colocar aqui as questões sem que nós saibamos o que é que elas vêm aqui dizer, por outro lado, tem um tem um efeito muito perverso, é que depois nós não lhes conseguimos dar a resposta que elas mereceriam. Algo que, neste momento, em sede de Câmara Municipal, atualmente, tendo acesso às perguntas previamente, já podemos, quando as pessoas nos colocam as questões, dar-lhes umas respostas estruturadas e elas poderem levar as respostas que efetivamente precisam. Por isso, deixo aqui, desde já, a minha inteira

disponibilidade para receber e para avaliarmos esta situação. Desde já, estou solidário com a situação e a Câmara Municipal da Moita fará aquilo que esteja no limite da legalidade, ou seja, tudo o que aquilo que a Câmara legalmente possa fazer assim o fará.

Lembrar que nós não ficamos em estado de calamidade, e é o estado de calamidade que permite a ativação de alguns recursos que permitem apoiar diretamente as pessoas. Quando assim não é, e ainda há dois dias tivemos na sede da AML o Ministro Pinto Luz, que nos falou do PTRR, e que têm lá umas fórmulas para ajudar as pessoas que foram vítimas de intempéries, lembrar que a Moita, neste conjunto de tempestades, teve mais de 90 ocorrências e mais de quatro milhões de prejuízos, apurados ao dia de hoje.

E, como o tempo é curto, e espero não me ter esquecido de responder às questões colocadas pelas pessoas, em relação à senhora Ilda Rodrigues, também é aqui um exemplo. Fez aqui a intervenção, já perguntei à minha esquerda e à minha direita, ninguém percebeu a que rua é que a senhora se referia, também fica a minha disponibilidade de receber a senhora para nos inteirarmos da situação e para, mediante aquilo que for dito, podermos encontrar uma solução, mas como eu disse, perguntei aqui à minha esquerda e à minha direita e ninguém aqui, pelo menos, percebeu qual é que era a rua a que a senhora se estava a referir. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mas se o senhor Presidente, tem alguma coisa para dizer, damos-lhe mais um bocadinho.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Relativamente a esta rua em particular, se eu me tivesse apercebido qual é que era o nome da rua ou se alguém e tivesse dito qual é que era o nome da rua podíamos pesquisar e ver o que é que era, mas não estamos inteirados sobre o tema e, sobre esta matéria, o que eu digo é que venha reunir connosco, juntamente com os serviços, e atenderemos a senhora no sentido de procurar uma solução para aquilo que ela descreve.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Perante o pedido de intervenção efetuado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, para falar na qualidade de Presidente de Junta e não em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista (sem microfone), disse:

“O que está no Regimento é para casos que tenham sido envolvidos as juntas de freguesia e que seja do âmbito dos protocolos de delegação de competências. Se o senhor diz que não representa o PS, e o PS não tiver ninguém para falar, porque existe um regulamento e são os líderes das bancadas que decidem quem fala em cada bancada. O regulamento é muito claro nisso, os presidentes de junta têm direito a falar fora do âmbito da sua bancada quando, dos assuntos abordados, esteja em causa o protocolo de descentralização de competências da Câmara Municipal para a Junta. Peço-lhe o favor de ler o regulamento, mas entretanto a bancada do PS deu-lhe a palavra, portanto, falará.”

Deputado António Chora em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“Obrigado a quem tem a coragem de aqui vir dar a cara, concordemos ou não com a maneira e o estilo como o fazem.

A propósito do exposto sobre a Barra Cheia, Brejos e outras áreas do concelho, digo:

A história trágica dos eventos meteorológicos extremos mostra que, quando os vales e os rios transbordam, o preço mais alto recai sempre sobre quem vive do seu trabalho, tem menos recursos e habita os territórios mais desprotegidos, ao afogar colheitas, arruinar vias de comunicação, redes de águas, lençóis freáticos, parques e jardins, por transbordo de lixiviados e dejetos, deixando um rasto de prejuízos que os grupos económicos, muitas vezes protegidos pelo poder central, não pagam. São exemplo disso, Amarsul, Simarsul, Raporal, entre outros.

Estando o nosso concelho entalado entre a serra e o mar, é um dos mais expostos às alterações climáticas, pelo que é urgente no meio urbano corrigir erros do passado, no que à rede de esgotos e águas pluviais diz respeito, e na zona agrícola do concelho, vítimas de aterros a que pomposamente chamam ecoparques e suiniculturas, ambos de duvidosa legalidade no que aos meios de segurança e higiene diz respeito. É também urgente uma forte fiscalização por parte do poder central e, na sua falta

ou deficiência, por parte do poder local, de modo a permitir uma saudável convivência entre as pessoas e o meio envolvente.

A autarquia tem a obrigação de erguer um escudo capaz de proteger as populações contra atentados ecológicos, independentemente da cor política do Estado, a qualquer momento.”

Deputada Alice Cantante em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

“Em relação à intervenção do senhor António Rodrigues, sobre a lixeira e a Amarsul, quero dizer que o PSD está atento, e já foi falado com os nossos deputados eleitos para, junto da senhora Ministra, ver se conseguimos ajudar.”

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista

Por motivos logísticos, que os serviços tentaram de imediato resolver, o áudio da intervenção não ficou gravado, razão pela qual não é possível proceder à sua transcrição.

Deputado Nuno Cavaco em nome do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A CDU tem aqui algumas coisas a dizer e, muito rapidamente, dizer ao senhor Manuel Rodrigues que o Poder Local Democrático não funciona com jeitinhos ou com poupanças. Ele podia ter falado da banca, do sistema financeiro, mas não, optou por ter aqui umas considerações que nós não acompanhamos, nem o Serviço Nacional de Saúde funciona com jeitinhos.

E, já agora, dizer que se as populações estivessem à espera dos presidentes de câmara da Moita e do Barreiro, o hospital estava fechado, porque o Partido Socialista fechou a urgência da cardiologia e não vimos este movimento todo que agora vemos, e ainda bem, e no domingo vão lá estar na luta com as comissões de utentes e com a população, e nós ficamos contentes que, finalmente, venham à luta quando o hospital já está semifechado, porque há favorecimento, na minha opinião e na opinião de muitos, do setor privado em detrimento do desinvestimento no setor público, como a CDU tem vindo a anunciar há anos. Depois, dizer que, neste aspeto, o PS não é muito diferente do PSD, uns fecham a cardiologia, outros fecha outra coisa, mas fecham.

Sobre a questão que a senhora Cláudia veio cá dizer, dizer outra coisa também, e é um apelo que fazemos à Câmara, que é se o seguro não paga, e ainda bem que a Câmara tem seguro, a Câmara tem que assumir porque é uma pessoa de bem, e a Câmara aqui não é o senhor Presidente da Câmara nem o executivo da Câmara, a Câmara representa o concelho inteiro, e o concelho da Moita é uma pessoa de bem. Portanto, o senhor Presidente da Junta tem razão, aconteceu há tanto tempo, não há desculpas, é para resolver. É para resolver, e se tem dúvidas em resolver traga à Assembleia Municipal que nós votamos a favor. A CDU vota a favor que a Câmara faça a intervenção, e tenho a certeza que os outros votarão também.

Depois, sobre o senhor António, e dizer ao senhor António, que a CDU traz uma recomendação que há de ser apresentada daqui a pouco, de uma situação degradante do ambiente ali à volta em questões de água, que a Câmara também se chegue à frente e cumpra o seu papel e forneça água ali às pessoas. porque, no mínimo, temos essa obrigação de todos. Agora, é uma situação especial, porque os munícipes têm que ser considerados iguais em todo o lado, e ali há, claramente, uma situação que prejudica os munícipes, e dizermos que também prejudica, ao contrário do que a senhora do PSD há bocado dizia, que ia falar com alguém, prejudica porque é uma opção clara política de privatizar serviços públicos essenciais que, no geral, não respeitam a população e muito menos o ambiente. A Amarsul tem dono. A Amarsul tem dono e foi privatizada, e foi privatizada por alguém com apoio de outros. A CDU esteve sempre contra.

Sobre a última questão da senhora que falou da rua Povo Unido, também é resolver, penso que todos estaremos de acordo.

E, por último, só fazer aqui uma retificação, o senhor Presidente da Câmara diz que nunca se fez tanto investimento em Alhos Vedros e que inaugurou uma piscina e um centro de saúde, dizer que a piscina é obra da CDU, que deu muito trabalho à CDU, e o centro de saúde também. E, já agora, em Alhos Vedros, e ainda bem que está assim, a CDU realizou obras do largo do Descarregador e recuperou um palacete. Para além disso, não fez mais porque alguém não deixou, porque havia um projeto para o parque das Salinas e para o arranjo de toda a frente ribeirinha que está ali, dos Amigos do Mar, e um projeto sério, não como alguns que andam por aí. Disse.”

Deputado Vítor Cardoso em nome do Grupo Municipal do Partido CHEGA.

“Relativamente à intervenção do senhor António Rodrigues, e sobre a Amarsul em concreto, não me vou adiantar muito mais, mas dar nota que na Comissão do Ambiente, que trata destes temas, e está a tratá-los com prioridade, que é o problema da Amarsul e da Simarsul, estamos a trabalhar sobre estas duas questões. Não me adiantarei muito mais, estamos empenhados em que, no final, surja um relatório com conclusões que permitam mitigar, não sei se resolver, mas mitigar e dar aqui alguma luz sobre esta questão, mas sobre isto o Coordenador da Comissão irá, com certeza, dizer-nos alguma coisa também a seguir.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos passar ao Período Antes da Ordem do Dia, e porque me parece oportuno vou começar por uma das comissões, antes de tudo, porque ainda temos também o nosso público aqui presente, ao senhor coordenador da Comissão Permanente de Ambiente e Urbanismo, e mais uma série de coisas que eu não tenho de cor, mas agora interessa é o ambiente, que reuniu a Comissão Permanente, eu estive presente também numa das reuniões, e que discutii dois temas bastante quentes que abrangem e que afligem o nosso concelho, que é o problema da Simarsul e os esgotos de Alhos Vedros e o problema da Amarsul e as águas lixiviadas e toda aquela agressão monstruosa ambiental que ali está.

Portanto, senhor Deputado João Faim da bancada da CDU, mas que aqui é o Coordenador desta Comissão, faça favor de fazer um resumo de como estamos neste momento e das reuniões havidas ainda esta semana.”

Coordenador da Comissão Permanente de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações, Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A Comissão de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações, e mais uma umas quantas temáticas incluídas como refere, e reunimos no dia 19 de fevereiro e no dia 24 de fevereiro, porque na primeira reunião não conseguimos concluir todos os pontos da ordem de trabalhos, que foi um ponto sobre as descargas anómalas ilegais de esgotos em Alhos Vedros., um segundo ponto que foi a situação ambiental do Ecoparque de Palmela da Amarsul, e um terceiro ponto que era plano de trabalhos da Comissão. Portanto, na reunião que se efetuou no dia 19, na primeira reunião, esteve presente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, como já acabou de referir, o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros. Tínhamos pedido também a presença do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita para o tema do Ecoparque da Amarsul, que atinge principalmente a freguesia da Moita e os Brejos, e não foi possível o senhor Presidente da Junta estar presente, mas com certeza que nos há de acompanhar noutras ocasiões.

Penso que, e indo aqui exatamente ao primeiro ponto sobre as descargas em Alhos Vedros, houve uma intervenção do senhor Presidente da Câmara bastante esclarecedora, e foi também consensual entre os membros desta Comissão de que era necessário ir aos locais onde são feitas as descargas. O senhor Presidente da Câmara informou que o problema é essencialmente a Simarsul, referindo que o sistema tem de estar dimensionado para aquilo que recebe. Adiantou também uma ideia tecnicamente muito interessante, que a Simarsul deveria fazer um reservatório tipo bacia de retenção, para reter o esgoto que sai em vez de ir poluir o rio, e informou que existe junto à estação elevatória um terreno disponível para tal, portanto, foi a ideia técnica, penso que já estudada, com certeza, e que o senhor Presidente da Câmara adiantou.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros entregou-nos um dossier com várias fotos sobre as descargas na freguesia de Alhos Vedros. O senhor Presidente da Junta de Freguesia também informou que o problema da Simarsul não é o único problema que atinge os esgotos na freguesia e disponibilizou-se, desde a primeira hora, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, para acompanhar os membros da Comissão a uma visita aos locais, e indicar todos os locais, que nós agradecemos, e já falo relativamente à marcação dessa visita.

Passando ao segundo ponto, a situação ambiental do Ecoparque de Palmela da Amarsul, foi entregue ao senhor Presidente da Câmara uma cópia da licença ambiental número 590/0.1/2015, que é relativa ao funcionamento do Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Palmela, Ecoparque da Amarsul, e que está a consulta pública disponível na Internet. A validade da referida licença ambiental terminou a 9/12/2025, pelo que a Comissão considera que é importante saber se a mesma foi prorrogada ou se, atualmente, já foi emitida uma nova licença.

A Comissão também concordou que fosse solicitado à Amarsul e à APA cópias do relatório ambiental anual, que é uma exigência que a licença ambiental tem. Anualmente, a Amarsul tem que prestar contas de uma série de parâmetros, inclusive relatórios de ocorrências que se tenham verificado, e isso é apresentado à APA que é a entidade fiscalizadora, que terá que validar e poderá aplicar sanções caso isso não seja cumprido, e a Comissão achou que era importante consultar os últimos 4 relatórios deste relatório ambiental anual. Também considerou a Comissão que é importante saber o estado atual do título da licença ambiental, como também referimos.

Depois na reunião do dia 19, em termos do plano de atividades, foi proposta uma visita aos locais em Alhos Vedros, em que foram propostas duas datas, e penso que o senhor Presidente da Assembleia já terá articulado, quer com a Câmara Municipal, quer com o senhor Presidente da Junta, e foi também pedido uma informação relativamente às redes gerais de esgotos, quer da Simarsul, quer da responsabilidade da Câmara Municipal para que, exatamente, a Comissão possa ter o conhecimento e mapear todos esses locais.

Foi também pedida uma visita ao Ecoparque da Amarsul, e já tivemos conhecimento mas penso que os membros da Comissão não tiveram, que tínhamos proposto o dia 20 e 28, que é um sábado, porque as pessoas trabalham, não são profissionais da política, nem trabalham para a Amarsul, e a Amarsul já respondeu que sim senhora, está disponível, mas só facultou ou quinta ou uma sexta-feira, 26 ou 27, ou uma segunda-feira, dia 30, e isto obriga, certamente, a alguns membros da Comissão a ter que faltar ao trabalho. Eu pedia aos membros da Comissão, no final desta reunião da Assembleia, se assim estivessem disponíveis, para nós falarmos, já agora, acho que temos que tomar uma tomada de posição. Ou aceitar uma destas datas ou dizer à Amarsul que os senhores prestam um serviço público, embora seja uma empresa privada, mas nós não somos empregados da Amarsul para estar com essa sujeição, e peço desculpa por estar-me adiantar um pouco com essa opinião, mas acho que a Comissão se deve pronunciar sobre isso.

Penso que são os pontos fundamentais, acho que não me escapou nenhum, peço que me digam se, porventura, me tenha escapado algum ponto desta situação e, de facto, também deixem-me dizer, e em abono da justiça, que foi unânime em relação a estes dois aspetos, todos os representantes das forças políticas nesta Comissão, que são os representantes das forças políticas nesta Assembleia Municipal, manifestaram a sua extrema compreensão e a preocupação, e até indignação para algumas situações que foram relatadas, quer sobre a situação das descargas ilegais de esgotos, quer sobre a situação dos lixiviados da Amarsul, e acompanhados também pela indignação e pelo esclarecimento da Câmara Municipal e também da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, que esteve presente, embora o assunto, como acionista, a Câmara Municipal é quem tem a primeira palavra a dizer.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Isto foi importante para que as pessoas saibam que na Assembleia Municipal, que é quase o parente pobre das autarquias, também se trabalha, mesmo nas horas de lazer das pessoas que se preocupam com os problemas que existem na nossa freguesia. E, neste trabalho é importante realmente também os presidentes de Junta que têm colaborado e têm ido aos locais e têm lutado também para que as suas freguesias e as pessoas nelas residentes tenham os seus problemas resolvidos, tendo nós a certeza que isto não é um problema nada fácil.

E, essa curiosidade de que a Amarsul tem a licença caducada, neste momento a licença de exploração que está online está caducada, portanto, nós perguntámos para que nos digam, porque se eles estão a operar com a licença caducada estão a operar ilegalmente neste momento, portanto, é importante que que nos digam isso. Em breve saberemos mais novidades.

Temos outra Comissão que também realizou trabalho, e eu vou pedir ao senhor Coordenador da Comissão de Educação, Juventude e mais uma série de coisas, que é o senhor Deputado Guilherme Rocha, da bancada do PS, que nos dê uma breve síntese do trabalho da Comissão de Educação e Juventude.”

Coordenador da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, Deputado Guilherme Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista

“A nossa comissão seguiu o seu calendário, apesar de ter sido atribulada a reunião presencial, porque coincidiu, exatamente, com um momento muito difícil de intempérie e de decisão, para segurança de todos, por parte da Proteção Civil, e que se teve que terminar e teve que ser interrompida, mas isso não deixou que houvesse aqui uma medida de comunicar junto de todas as escolas as informações que eram necessárias para avançar com a Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita, e cumprir com o calendário que tínhamos previsto e que é muito importante para que esta iniciativa se leve a cabo. De forma geral, sente-se envolvimento e participação e vontade que todos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas participem neste projeto, que é exatamente o que esta Assembleia também queria, portanto, estamos satisfeitos com isso e iremos acompanhar, agora em detalhe com o aproximar destas datas, para que esta iniciativa decorra da melhor maneira possível e acreditamos que sim.”

Deram entrada na Mesa da Assembleia para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 Voto de Pesar pelo falecimento de José Lopes Gregório, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.2- Moção “Pelo Direito à Saúde e Contra o Desmantelamento do SNS na Península de Setúbal”, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;
- 2.3 Moção “Pela manutenção da urgência de obstetrícia do Hospital de Nossa Senhora do Rosário”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.4- Moção “Pela manutenção e garantia de funcionamento efetivo da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital do Barreiro e reabertura da valência de Cardiologia”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA;
- 2.5 Moção “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde e do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária;
- 2.6- Moção “Pelo fim da guerra na Ucrânia e pela defesa da soberania dos povos”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.7- Moção “8 de Março, Dia de Luta das Mulheres de todo o mundo”, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;
- 2.8- Recomendação “Proposta para a criação de um Julgado de Paz no Concelho da Moita”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA;
- 2.9- Recomendação “Pelo abastecimento público de água nos Brejos da Moita”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária;
- 2.10- Recomendação “À Assembleia Municipal da Moita – Proteção Civil”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária;
- 2.11- Recomendação “Rede Viária”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária;
- 2.12- “Voto de Solidariedade com o Povo Iraniano”, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Posto isto, até só estamos com 8 minutos de atraso, eu digo que é ganho pelos assuntos em relação ao horário, foi extra horário, e vamos entrar então no período anterior à ordem do dia, e aí dizer-vos que o tempo vai ter que ser muito bem gerido, porque poderão ficar moções, etc., por poder ser apresentadas sequer. Entre moções, recomendações, votos de pesar, temos doze pontos. É evidente que eu lamento que as bancadas de todos os partidos políticos não tenham conseguido entender-se, como era um entendimento inicial e que toda a gente parecia disposta, mas, por exemplo, sobre a questão do fecho de obstetrícia do hospital do Barreiro, acabou por não haver consenso e vamos ter cinco propostas. Cada bancada tem a sua proposta. Enfim, se não vai o peso de uma, vai o peso de cinco. É o que é.”

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do Partido Socialista para proceder à apresentação do documento 2.1.

Deputado Daniel Justo Lima do Grupo Municipal do Partido Socialista

**“VOTO DE PESAR
Pelo falecimento de José Lopes Gregório**

A Assembleia Municipal da Moita manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Lopes Gregório, endereçando à sua família e amigos as mais sentidas condolências.

Neste momento de luto, evocamos com reconhecimento o seu relevante contributo para o concelho da Moita, onde se distinguiu como o primeiro vereador eleito pelo Partido Socialista nas primeiras eleições livres do poder local, realizadas em dezembro de 1976, um marco histórico que assinalou a consolidação da democracia no nosso país.

Exerceu funções num contexto político e social profundamente distinto do atual, integrando um executivo municipal composto por sete membros, no qual o Partido Socialista dispunha de um único vereador. Apesar das exigências e desafios próprios desse período, o seu desempenho pautou-se pelo sentido de missão, dedicação à causa pública e compromisso com os valores democráticos, contribuindo para a afirmação do poder local democrático no concelho da Moita.

A sua memória permanecerá ligada à construção de uma comunidade mais justa, participativa e solidária.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Só para dizer que é de toda a justiça, e o Partido Socialista cumpriu aquilo que é o seu dever, enquanto homenagem a um grande homem e a um ser humano, acima de tudo, duma simplicidade extrema e de uma seriedade acima de toda a prova. Apenas um pequeno reparo, e peço desculpa, não é ao voto de pesar nem à homenagem à pessoa, aqui, acima de tudo, está a pessoa, não está o partido, e o voto de pesar devia falar muito mais da pessoa. A gente sabe que a simplicidade, acima de tudo, mas a pessoa tinha muitas, muitas, muitas qualidades e que deviam aqui ser vertidas. De todo o modo, nós acompanharemos e se estiverem disponíveis para um minuto de silêncio, nós propúnhamos exatamente isso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter pedidos de intervenção, colocou o voto de pesar à votação.

Submetido a votação, o **voto de pesar** foi **aprovado** por **unanimidade**, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Neste momento, os membros da Assembleia Municipal colocaram-se de pé e realizaram um **minuto de silêncio** em homenagem a **José Lopes Gregório**.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

**“MOÇÃO
Pelo Direito à Saúde e Contra o Desmantelamento do SNS na Península de Setúbal**

Considerando que:

1. A decisão do Ministério da Saúde de encerrar a urgência de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, centralizando-a no Hospital Garcia de Orta (HGO), é um atentado direto à segurança e dignidade das mulheres da nossa região;
2. Esta urgência é um serviço vital que acompanha a mulher em todas as fases da sua vida. Centralizá-la não afeta apenas o momento do parto; compromete o atendimento urgente a patologias ginecológicas graves, rastreios e cuidados de proximidade que não podem esperar por deslocações penosas entre concelhos;
3. O encerramento no Barreiro é uma "morte anunciada" e fabricada: o Ministério promoveu a retenção de médicos no HGO através de incentivos que negou ao Barreiro, provocando deliberadamente a falta de equipas para depois justificar o fecho por "falta de segurança";
4. Esta manobra coincide com a escolha do Hospital Garcia de Orta para regressar ao modelo de Parceria Público-Privada (PPP). Ao "canibalizar" o serviço do Barreiro e concentrar toda a procura no HGO, o Governo está a engordar o caderno de encargos para tornar o negócio mais lucrativo para os grupos privados de saúde;
5. A saúde pública não é uma mercadoria e a dignidade das mulheres não pode ser uma variável de ajuste num balanço contabilístico que visa pavimentar o caminho da privatização.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida em Sessão Ordinária, no dia 27 de fevereiro 2026, delibera:

- Repudiar de forma inequívoca o encerramento da urgência de Ginecologia e Obstetrícia do Barreiro e exigir a sua reabertura imediata com equipas reforçadas.
- Denunciar a estratégia de esvaziamento planeado do SNS na Península de Setúbal, que promove a desigualdade entre hospitais vizinhos para justificar cortes.
- **Apelar à participação de todos os cidadãos dos concelhos afetados na concentração que terá lugar frente aos Hospital do Barreiro no próximo dia 1 de março pelas 10 horas.**

Em caso de aprovação deve esta moção ser enviada para o ministério da saúde, grupos parlamentares na AR e órgãos sociais regionais e nacionais.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, colocou a moção à votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e oito votos a favor, sendo doze do PS, oito da CDU, sete do CH, um do BE; três abstenções, sendo uma do PS, duas do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do Partido Socialista para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputada Carmen Lima do Grupo Municipal do Partido Socialista

“MOÇÃO

Pela manutenção da urgência de obstetrícia do Hospital de Nossa Senhora do Rosário

O Serviço Nacional de Saúde constitui um dos pilares fundamentais da nossa democracia, garantindo igualdade de acesso a cuidados de saúde universais, gerais e tendencialmente gratuitos.

Nos últimos anos, o Hospital de Nossa Senhora do Rosário, integrado na Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho (ULSAR), tem sido alvo de sucessivos constrangimentos, traduzidos em encerramentos e limitações de serviços essenciais, designadamente nas áreas de obstetrícia, pediatria, cardiologia e outras valências determinantes para a população da região.

O recente anúncio do encerramento da urgência obstétrica representa mais um fator de preocupação para os utentes do concelho da Moita e de todo o Arco Ribeirinho. Recorde-se que, só no concelho da Moita, 15 bebés nasceram em ambulâncias, representando cerca de 60% do total de partos assistidos pelos bombeiros, realidade que evidencia os riscos acrescidos quando a resposta hospitalar não está devidamente assegurada e a proximidade é comprometida.

O afastamento dos serviços de saúde não é uma questão abstrata, tem consequências concretas na segurança das grávidas, dos recém-nascidos e das suas famílias.

A previsível transferência de utentes para o Hospital Garcia de Orta acentuará a pressão sobre uma unidade que já opera próxima da sua capacidade instalada, com reflexos inevitáveis nos tempos de resposta, na segurança assistencial e na qualidade dos cuidados prestados.

Importa ainda sublinhar que uma decisão desta magnitude deve assentar em fundamentação técnica transparente, avaliação de impacto regional e verdadeiro diálogo institucional com os municípios, condições que não podem ser ignoradas quando está em causa um serviço essencial.

O Serviço Nacional de Saúde assenta nos princípios da universalidade, equidade e proximidade. Concentrar serviços essenciais longe das populações fragiliza esses princípios.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

- Manifestar a sua firme oposição ao encerramento da urgência de obstetrícia e ginecologia do Hospital de Nossa Senhora do Rosário;
- Exigir a suspensão da decisão anunciada e a sua reapreciação com base em critérios técnicos transparentes e avaliação do impacto regional;
- Solicitar a divulgação pública dos estudos técnicos que fundamentem a decisão, incluindo avaliação de segurança clínica, tempos médios de resposta e capacidade instalada das unidades envolvidas;
- Reafirmar a defesa de um Serviço Nacional de Saúde público, universal e de proximidade, enquanto garante de justiça social e coesão territorial;
- Apelar à mobilização cívica da população através de todas as formas legítimas e pacíficas de participação democrática em defesa do SNS e do Hospital.

Esta Moção se aprovada será enviada para

- Conselho de Ministros;
- Ministério da Saúde;
- Assembleia da República;
- Presidência da República;
- e enviada aos órgãos de comunicação social distritais.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, colocou a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e nove votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, um do BE; duas abstenções do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.4.

“MOÇÃO

Pela manutenção e garantia de funcionamento efetivo da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital do Barreiro e reabertura da valência de Cardiologia

O comunicado do encerramento da Urgência de Obstetrícia agora anunciado pelo PSD/CDS, mas também o fecho de outras valências como a de Cardiologia, efetivada pelo Governo PS em 2024, segue uma lógica de concentração e encerramento adotada por ambos os partidos do sistema que mais não fazem que contribuir para um retrocesso nos cuidados de saúde à população da margem sul, em particular dos Concelhos servidos pelo Hospital do Barreiro.

A Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital do Barreiro é um serviço essencial de proximidade para as populações da Moita e dos concelhos vizinhos, porque garante resposta rápida em situações clínicas urgentes e potencialmente graves, onde cada minuto conta e onde a demora pode ter consequências sérias para a mãe e para o bebé.

O condicionamento desta urgência obriga as grávidas e restantes utentes a deslocar-se para unidades hospitalares fora do seu eixo natural, designadamente para o Hospital Garcia de Orta, em Almada, aumentando inevitavelmente o tempo de resposta e o risco associado a essas deslocações, sobretudo quando se trata de emergências imprevisíveis. Acresce que esta transferência de procura para um serviço já sujeito a forte pressão assistencial agrava o estrangulamento da resposta, elevando a probabilidade de atrasos, falhas de atendimento e um cenário de insegurança que nenhuma família deveria enfrentar num momento tão sensível como o parto ou uma urgência obstétrica.

Tudo isto acontece numa região já de si carente de recursos na área da saúde, incluindo a zona de influência do Hospital do Barreiro, que tem registado um crescimento populacional significativo. Esse aumento traduz-se em mais famílias, mais gravidezes e, conseqüentemente, numa maior procura de cuidados materno-infantis.

Perante esta realidade, é manifestamente injustificável reduzir a capacidade assistencial exatamente onde a necessidade está a aumentar. Para agravar, foi anunciada uma reorganização com referência ao mês de março, mas, até ao momento, não existem garantias públicas, claras e verificáveis de que o serviço estará efetivamente a funcionar com equipas completas, escalas estáveis e condições seguras, o que deixa a população dependente de incerteza e imprevisto.

A saúde materna e neonatal não pode depender de anúncios, intenções ou experiências de gestão: exige previsibilidade, meios e responsabilidade, porque estamos a falar de vidas e de um dever básico do Estado garantir cuidados de saúde seguros, próximos e acessíveis a quem deles precisa.

O GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA DELIBEROU:

1. Manifestar o seu firme repúdio pelo encerramento e/ou condicionamento da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital do Barreiro, por colocar em causa a segurança clínica e a dignidade das famílias da Moita e da Margem Sul;
2. Exigir ao Governo, ao Ministério da Saúde, à ACSS e à ULS competente a garantia de funcionamento efetivo, contínuo e seguro da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia no Hospital do Barreiro, como resposta de proximidade para a população abrangida;
3. Reclamar a apresentação imediata, por escrito e com divulgação pública, de um plano operacional sobre a reorganização anunciada, contendo obrigatoriamente:
 - a. data concreta de início de funcionamento; dotação mínima de especialistas e restante equipa por turno, com escalas definidas; capacidade instalada e operacional disponível; plano de contingência para situações de rutura;
4. Rejeitar que qualquer encerramento, redução ou transferência estrutural de procura avance sem prova prévia de que a solução anunciada está plenamente operacional e garante tempos de resposta compatíveis com a segurança materno-infantil;
5. Solicitar transparência total quanto aos impactos do encaminhamento para o Hospital Garcia de Orta, incluindo tempos médios e máximos de resposta, critérios de referência e medidas concretas para impedir o estrangulamento do serviço;
6. Recomendar à Câmara Municipal da Moita que promova articulação com os municípios afetados da área de influência, visando uma posição conjunta de defesa de cuidados de saúde obstétricos seguros e de proximidade na Margem Sul;
7. Recomendar a reabertura da valência de Cardiologia fechada em 2024 pelo Governo PS;

8. Determinar que a presente moção seja remetida, com carácter de urgência, ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Saúde, à ACSS, à ULS competente, à Comissão de Saúde da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu, ao ler esta moção, tenho, de facto, pena de como é que ela foi redigida, porque ela tem aqui um carácter altamente político aqui incluído, nomeadamente, quando fala aqui dos partidos do sistema que estão aqui referidos. Acho que não valia a pena estar a ser colocada esta referência num assunto tão sério como este, e que penso que todos nós acompanhamos esta moção, e pelo facto de estar escrita desta forma, como é óbvio, nós não podemos acompanhar. Se quiser, o proponente, retirar estas formas mais políticas da própria moção, nós, como é óbvio, poderemos repensar.

Depois, aqui também a própria moção fala “O Grupo Municipal do CHEGA na Assembleia Municipal da Moita deliberou”, e eu diria que a Assembleia Municipal é que delibera e não o Grupo Municipal do CHEGA.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Entretanto, verificada que foi a necessidade de resposta pelo proponente, pediu ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para esclarecer.

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sim. Foi feita uma proposta de reformulação da nossa moção, mas vamos manter como está.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **reprovada** por **maioria**, com sete votos a favor do CH; vinte e dois votos contra, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE; duas abstenções do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista, proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“Gostaria que os serviços considerassem a minha intervenção inicial como declaração de voto.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária, proferida pelo Deputado João Faim

“Votámos contra esta moção, não pelas conclusões que a mesma encerra, mas pela posição irredutível que, infelizmente, o CHEGA mostrou nas propostas de alteração que foram apresentadas, mas estou em crer, com uma moção deste tipo, apresentada e com estas conclusões, os eleitos do CHEGA na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal vão estar, em peso, no próximo domingo, às dez da manhã, à porta do hospital a contestar o encerramento das urgências.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.5.

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Ana Teresa Fernandes, do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“MOÇÃO

Em defesa do Serviço Nacional de Saúde e do Centro Hospitalar Barreiro - Montijo

A Constituição da República Portuguesa, consagra no seu artigo 64 , o direito à saúde. Este direito concretiza-se através do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e tendencialmente gratuito.

Nos últimos anos temos assistido ao desmantelamento do SNS, com fechos de valências nos hospitais, com cortes em serviços essenciais, com a desvalorização dos trabalhadores da saúde, entre outros.

No Centro Hospitalar Barreiro Montijo, desde 2020 encerraram ou foram restritos vários serviços, da obstetrícia, à pediatria e cardiologia.

O recente anúncio do encerramento permanente da urgência de obstetrícia, terá repercussões muito negativas para a população. No concelho da Moita, no último ano, nasceram 15 bebés em ambulâncias, situação que revela os riscos desta política.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 27 de fevereiro de 2026, delibera:

- Repudiar toda e qualquer medida que ponha em causa o funcionamento e a resposta do SNS. > Exigir do Governo a reversão da decisão do fecho da obstetrícia e de todas as especialidades médicas anteriormente retiradas.
- Exigir o bom funcionamento de todos os serviços do CHBM, nomeadamente contratar os profissionais de saúde necessários para assegurar o normal funcionamento dos serviços, meios e recursos que garantam as condições de trabalho e uma valorização geral dos profissionais de saúde.
- Saudar a luta das populações, das comissões de utentes, dos trabalhadores da saúde e suas estruturas representativas, que desde sempre estiveram na linha da frente contra as medidas de desvalorização e consequente destruição do SNS.
- Apelar a que todos participem na luta pelo SNS e pelo Centro Hospitalar Barreiro - Montijo, no dia 1 de março, às 10h00, em frente ao hospital.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, colocou a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE; nove abstenções sendo sete do CH, duas do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA, proferida pelo Deputado Vítor Cardoso

“O CHEGA absteve-se nesta moção porque considera que tem também um teor igualmente político pelo seu conteúdo e daí a nossa abstenção. Não sei se gera alguma graça aos deputados da CDU, mas espero que sim, que se continuem a divertir em temas e assuntos como este, que são da maior da maior gravidade e responsabilidade.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Partido Socialista para proceder à apresentação do documento 2.6

“MOÇÃO

Pelo fim da guerra na Ucrânia e pela defesa da soberania dos povos

Assinalam-se quatro anos desde a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, iniciada em fevereiro de 2022, um ato que violou a soberania de um Estado independente e os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, nomeadamente o respeito pela integridade territorial e pela autodeterminação dos povos.

Este conflito já provocou consequências humanas e materiais devastadoras. Estimativas internacionais apontam para centenas de milhares de mortos e feridos, militares e civis, com valores frequentemente referidos acima de 500 mil baixas totais entre as partes em confronto. Milhões de pessoas foram deslocadas das suas casas, criando uma das maiores crises humanitárias na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Os custos económicos da guerra são igualmente avassaladores. Calcula-se que as despesas militares e de apoio internacional ultrapassem centenas de milhares de milhões de euros, recursos que poderiam estar a ser aplicados no combate à pobreza, na saúde, na educação e na resposta às alterações climáticas — necessidades urgentes da humanidade.

Para além da destruição de infraestruturas essenciais — hospitais, escolas, redes de energia e abastecimento de água — as populações civis continuam a enfrentar condições extremas, incluindo falta de eletricidade, aquecimento, água potável e acesso regular a cuidados de saúde, agravadas pelos rigores do inverno.

A Assembleia Municipal da Moita reafirma que nenhuma solução de paz pode assentar na humilhação da vítima ou na legitimação da ocupação territorial resultante da agressão. A defesa da paz exige o respeito pelo direito internacional, pela soberania nacional e pela dignidade dos povos.

Neste contexto, manifesta-se preocupação perante posições internacionais que relativizem estes princípios ou promovam soluções negociais que beneficiem o agressor, enfraquecendo os fundamentos de uma Europa livre, democrática e assente no primado do direito.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

- Condenar a invasão da Ucrânia e todas as violações do direito internacional dela decorrentes;
- Expressar solidariedade para com o povo ucraniano e todas as vítimas deste conflito;
- Defender uma solução de paz justa e duradoura, baseada no respeito pela soberania e integridade territorial da Ucrânia;
- Apelar à comunidade internacional para que intensifique os esforços diplomáticos com vista ao cessar-fogo imediato e ao fim desta guerra injusta;
- Reafirmar que os recursos gastos na guerra devem ser canalizados para a promoção do desenvolvimento humano, da justiça social e da paz.

Esta Moção se aprovada será enviada para

- Embaixada da Ucrânia;
- Embaixada da Rússia;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Assembleia da República;
- Presidência da República;
- e enviada aos órgãos de comunicação social distritais”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Muito rapidamente, a CDU vai acompanhar a moção, agora estranhámos é que a bancada do Partido Socialista só traga moções sobre a paz sobre a Ucrânia, quando há questões da Palestina, há questões da Venezuela, de Cuba, da Síria, do Líbano, do Irão, portanto, a gente deve defender a paz em todo o

lado, não só nalguns sítios, e a Ucrânia, e bem, tem tido o apoio da comunidade internacional e os outros não. E os outros não. Têm recebido silêncio, e alguns países como Portugal até dão apoio a alguns países agressores.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade**, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda para proceder à apresentação do documento 2.7.

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“MOÇÃO

8 de Março, Dia de Luta das Mulheres de todo o mundo

O 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, é data evocativa da luta das mulheres pela igualdade de direitos.

Em 1911 o Dia das Mulheres tornou-se internacional resultante de grandes e duras movimentações, manifestações e greves por condições de vida e de trabalho dignas das mulheres operárias dos têxteis e do calçado, mas só em 1975, o 8 de Março foi finalmente consagrado pela ONU como Dia Internacional das Mulheres.

É também nesse ano que as mulheres portuguesas, pela primeira vez assinalaram essa data em liberdade.

Em Portugal são indesmentíveis os avanços alcançados pelas mulheres desde então, não só em resultado do 25 de Abril, mas também das lutas que protagonizaram e que deram origem a Leis consagradas na Constituição da República Portuguesa, **(cujos 50 anos se comemoram no próximo dia 2 de Abril de 1976 e que aqui saudamos)**.

Tem sido na resistência, e no avançar com de novas conquistas, ancoradas na força da Constituição, que a sociedade e as mulheres portuguesas têm enfrentado sucessivas crises em que são sempre as primeiras vítimas pelo seu duplo papel na sociedade (trabalhadoras e mães).

Numa sociedade patriarcal, há sempre barreiras que parecem intransponíveis: a desigualdade salarial, a violência de género, a precariedade laboral, a misoginia, o desinvestimento na maternidade, o conservadorismo nas ideias.

As organizações dos direitos das mulheres, os sindicatos e as associações progressistas têm tido um papel determinante no sentido da luta pela igualdade, pela justiça social e pela democracia.

Portugal em 2026 não está fora das tendências regressivas que sopram no mundo, as quais afetam em particular as mulheres.

O pacote laboral que pomposamente o governo designa por Trabalho XXI, quer aumentar a já pesada jornada de trabalho também para as mulheres, com fortes implicações na sua vida familiar e social, na saúde e na maternidade.

O desinvestimento na habitação pública a custos decentes impede a autonomia das mulheres nomeadamente nos casos de violência doméstica (não devemos esquecer que a violência doméstica é o crime que mais mata em Portugal).

A ideia de uma sociedade baseada nos valores da liberdade, da igualdade, da justiça, da solidariedade e da paz, está cada vez mais contaminada por ideias belicistas sendo os orçamentos são feitos em função da guerra e não dos serviços públicos.

Daí que seja tão importante nos dias de hoje invocar e celebrar o 8 de Março e as conquistas das mulheres em todo o mundo, lutar pela Igualdade, pela Democracia e pela Paz.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida em sessão ordinária no dia 27 de fevereiro de 2026 delibera:

1. Saudar a Greve Feminista Internacional, a sua luta, bem como todas as conquistas das mulheres e dos movimentos feministas;
2. Apelar à participação de todas e todos na manifestação organizada pela Rede 8 de Março e do Movimento Democrático das Mulheres na cidade Lisboa;
3. Remeter este voto à (Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias da AR), à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e às associações e movimentos envolvidos nas iniciativas comemorativas no concelho da Moita.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, colocou a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE; nove abstenções sendo sete do CH, duas do PSD.

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.8.

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“RECOMENDAÇÃO

Proposta para a criação de um Julgado de Paz no Concelho da Moita

Recomendação Proposta para a criação de um Julgado de Paz no Concelho da Moita A criação dos Julgados de Paz faz parte de uma série de reformas na justiça, que continuam a desenvolver ideias discutidas em palestras sobre os problemas e dificuldades enfrentados pelas sociedades neste século.

A instituição Julgados de Paz destacou-se como uma iniciativa inovadora e estruturante no panorama da administração da justiça, cujos resultados ao longo dos anos falam por si e dispensam qualquer demonstração adicional da sua relevância. Contudo, continua a afirmar-se como um mecanismo fundamental na promoção de uma justiça célere, acessível e eficiente, contribuindo decisivamente para a resolução amigável de conflitos entre os munícipes e para a simplificação da tramitação de pequenos litígios.

A Lei nº 54/2013, de 31 de julho, introduziu a primeira alteração à Lei nº 78/2001, de 13 de julho. Esta lei trata da organização e das competências da mediação, reforçando seu papel no andamento dos processos. O objetivo é tornar a resolução de conflitos mais rápida, especialmente em questões como problemas de condomínio, dívidas, danos em propriedades ou incumprimento de contratos. Antes do julgamento, é incentivado a que as partes procurem um acordo, promovendo também o funcionamento dos Julgados de Paz, que são responsáveis por resolver litígios cíveis até € 15.000.

Esta recomendação é consubstanciada pelo facto do Município da Moita, com cerca de 67 mil habitantes, inserido na área Metropolitana de Lisboa, não estar integrado na rede de Julgados de Paz e não poder oferecer este serviço aos seus Munícipes.

Com provas dadas em vários outros Concelhos, a criação deste serviço à população melhora a coesão social, alivia a carga dos tribunais judiciais e oferece uma alternativa moderna e eficaz para a resolução de pequenos litígios cíveis. Neste sentido, o Grupo Municipal do CHEGA, nos termos da alínea h do artigo 15º do Regimento, propõe que a Assembleia Municipal da Moita, aqui reunida, recomende à Câmara Municipal da Moita que, desenvolva os procedimentos necessários para um dar início ao processo formal de parceria e respetivo protocolo com o Ministério da Justiça, para a instalação e organização do funcionamento de um Julgado de Paz no Concelho da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu queria fazer só aqui alguns comentários sobre esta proposta. Nós, na bancada do Partido Socialista, consideramos que a justiça de proximidade, de facto, é um tema que merece ser discutido nesta Assembleia e, basicamente, todos reconhecemos a importância de aproximar os mecanismos de resolução de conflitos dos nossos cidadãos, tornando-os mais céleres, menos burocráticos e financeiramente mais acessíveis. Os julgados de paz são, na realidade, instrumentos relevantes no sistema de justiça português, têm mérito, prestígio institucional, cumprem uma função importante em muitos territórios, portanto, a nossa posição é que nada temos a opor, do ponto de vista do princípio, à recomendação para que o município possa avaliar esta possibilidade. No entanto, importa salientar também que a implementação de um julgado de paz implica uma exigência e uma estrutura significativa: instalações próprias com requisitos técnicos definidos pelo Ministério da Justiça, afetação de trabalhadores municipais, encargos permanentes com funcionamento, manutenção, energia, apoio administrativo. Trata-se, de facto, de uma estrutura que, na realidade, pode-se considerar de alguma forma pesada, com custos fixos relevantes para o município, e é importante fazer é essa avaliação.

Sobre este tema, por acaso, na discussão do orçamento para 2026, a bancada do Partido Socialista teve conhecimento, por parte da informação que foi prestada pelo executivo da Câmara Municipal, que está a ser diligenciado no sentido de se estudar soluções alternativas e complementares, nomeadamente, com a celebração de um protocolo de um centro de arbitragem, permitindo disponibilizar um serviço de mediação e a arbitragem no nosso concelho, com uma estrutura muito mais leve e que permite resolver muito desta justiça de proximidade e que pode, eventualmente, até resolver e, eventualmente, até pode ser aqui um teste piloto para perceber a adesão dos municípios a este tipo de sistemas, e até ser a base de estudo para a implementação de um julgado de paz no futuro. Este modelo de centros de arbitragem exige apenas a disponibilização de uma sala, mediante agendamento, não implica afetação permanente de instalações e de funcionários municipais, e apresenta, na realidade, taxas muito reduzidas, o que permite também tratar matérias, em alguns casos, que ultrapassam a alçada dos julgados de paz, porque, não sei se sabem, mas os julgados de paz só podem julgar situações até um montante de 15000 euros.

Na realidade, aquilo que nós percebemos é que o município está a tentar encontrar aqui soluções que não sejam onerosas para o município, mas que, por outro lado, consigam trazer este sistema de justiça de proximidade, com os centros de arbitragem, que são estruturas menos pesadas, por isso defendemos, basicamente, que o município avalie tecnicamente as várias opções que tem em cima da mesa, que faça a ponderação dos custos e eficácia, a abrangência, o material e o impacto, basicamente, orçamental que estas decisões têm, por isso, da nossa parte vamos, como é óbvio, acompanhar esta recomendação para que o município faça a avaliação de qual é que é a melhor solução para implementar no nosso concelho.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo treze do PS, sete do CH, dois do PSD, um do BE; oito abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.9.

“RECOMENDAÇÃO

Pelo abastecimento público de água nos Brejos da Moita

Tendo sido tornado público o impacto das descargas de água potencialmente contaminada provenientes do Ecoparque de Palmela, sob responsabilidade da AMARSUL, que têm afetado habitações, terrenos e a qualidade de vida das populações dos Brejos da Moita;

Considerando que esta situação agrava problemas existentes de salubridade e evidencia as dificuldades de algumas famílias no acesso a água em condições de segurança, a situação pode ser mitigada por uma solução relativamente simples, conforme as palavras do Sr. Presidente na Assembleia Municipal da Moita de 30 de janeiro.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em 27 de fevereiro de 2026, recomenda:

Que a Câmara Municipal da Moita promova, com carácter de urgência, as intervenções e obras necessárias para garantir a ligação das habitações dos Brejos da Moita e zonas envolventes à rede pública de abastecimento de água, assegurando condições regulares, seguras e adequadas para a população.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, colocou a recomendação a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com dezanove votos a favor, sendo um do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE; doze abstenções do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“A nossa abstenção nesta proposta foi só única e exclusivamente porque, tanto na Assembleia passada como nesta Assembleia, foi confirmado pelo senhor Presidente da Câmara que se iniciou um estudo para se fazer o abastecimento de água nestas populações. Aliás, na última Assembleia, já tinha sido também feita referência a essa situação e só por isso é que nós nos abstivemos, porque, na realidade, o executivo da Câmara já se encontra, neste momento, a trabalhar sobre esse tema.”

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pelo Deputado Ricardo Paz

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal votaram favoravelmente esta recomendação por considerarem que o acesso universal à água potável canalizada é uma responsabilidade inalienável do poder local e um direito fundamental das populações. Nos Brejos da Moita este direito continua por cumprir, mantendo centenas de residentes numa situação de desigualdades face ao restante território municipal.

Esta realidade torna-se ainda mais preocupante tendo em consideração as últimas notícias que chegaram a público, de que a população tem sido afetada pelos impactos ambientais associados ao aterro sanitário da Amarsul e de que existem receios fundamentados de contaminação dos solos e das águas subterrâneas.

Independentemente dos resultados que venham a sair das avaliações técnicas em curso, urge garantir a esta população condições básicas de vida. A CDU entende que o município deve assegurar que nenhuma comunidade permanece excluída de um serviço público essencial. A instalação da rede de água canalizada nos Brejos da Moita não é apenas uma obra de uma infraestrutura, é uma medida de proteção da saúde pública.

Por estas razões e reafirmando o compromisso da CDU com a melhoria das condições de vida e com a defesa das populações do concelho, votámos favoravelmente esta recomendação.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.10.

Recomendação distribuída no plenário pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

**“RECOMENDAÇÃO
À Assembleia Municipal da Moita – Proteção Civil**

A presente recomendação surge no âmbito da reflexão sobre a adequação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do concelho da Moita, datado de 2014, face aos novos instrumentos legais em vigor, com destaque para o Decreto-Lei no 44/2019, de 1 de abril, que estabeleceu novas normas e procedimentos para a gestão da proteção civil a nível municipal.

O Plano Municipal de Emergência de 2014 foi concebido em conformidade com a legislação vigente à época, no entanto, a implementação do Decreto-Lei no 44/2019 e outras normativas subsequentes impõem uma revisão e atualização das práticas e procedimentos existentes. Este Decreto-Lei, em particular, estabelece novas exigências e diretrizes que visam melhorar a capacidade de resposta e a resiliência das comunidades face a situações de emergência e catástrofes, transferindo responsabilidades de gestão e planeamento para os municípios e reforçando a articulação entre as entidades envolvidas na proteção civil.

Entre as principais mudanças introduzidas por este novo quadro legal, destacam-se, a atribuição de competências adicionais aos municípios.

O Decreto-Lei no 44/2019 reforça a responsabilidade dos municípios na elaboração, implementação e revisão dos Planos Municipais de Emergência. Esta norma confere-lhes um papel central na gestão da proteção civil, o que implica a necessidade de adaptar os planos existentes às novas exigências e responsabilidades atribuídas aos autarcas. Bem como a criação de estruturas descentralizadas de proteção civil: O Decreto-Lei estabelece a criação de Unidades Locais de Proteção Civil, que devem ser articuladas com os serviços municipais e estar prontas para agir de forma eficaz e rápida em situações de emergência. Este tipo de estrutura não está claramente definido no plano de 2014, o que evidencia a necessidade de uma adaptação e descentralização do modelo de gestão da proteção civil no concelho da Moita.

A necessidade de atualização e revisão contínua dos planos: O Decreto-Lei no 44/2019 estipula a revisão periódica dos planos de emergência, de forma a garantir que estes reflitam as realidades locais, os riscos emergentes e as condições de vulnerabilidade. O plano de 2014, embora tenha sido elaborado com base nas normas da época, carece de uma atualização profunda, de modo a incorporar as novas exigências legais e os progressos tecnológicos e metodológicos ocorridos nos últimos anos e até as recentes alterações territoriais.

A participação da comunidade e a sensibilização deve ser estimulada como definido no novo quadro legal que sublinha a importância de envolver a comunidade na preparação para situações de emergência, através de campanhas de sensibilização, simulacros e a definição de estratégias de comunicação claras. O plano de 2014 não reflete de forma suficientemente estruturada esta participação ativa da população, nem a promoção da cultura de autoproteção, um elemento essencial à gestão eficiente da emergência. Neste contexto é imperativo proceder à revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Moita para incorporar as novas orientações legais e as melhores práticas em termos de gestão de riscos e resposta a catástrofes, assegurando que o concelho esteja preparado para enfrentar qualquer cenário de emergência com a máxima eficácia.

Além da atualização formal do plano, os eleitos da CDU consideram também essencial a implementação das seguintes medidas:

1. Criação de Unidades Locais de Proteção Civil nas freguesias do concelho, dotadas dos meios necessários, de modo a descentralizar a gestão da proteção civil, permitindo respostas mais rápidas e eficientes em cada localidade.
2. Realização de simulacros regulares em escolas, equipamentos sensíveis e áreas de risco, como forma de treinar a população e os agentes de proteção civil para diferentes cenários de emergência.
3. Campanhas de sensibilização contínuas que envolvam a população, com foco na prevenção, na definição de percursos seguros e na divulgação dos pontos de encontro e meios de comunicação em situações de emergência.

4. Definição de percursos alternativos e segurança nas vias durante situações de emergência, com a constante atualização das informações sobre estradas cortadas e rotas de evacuação.

Portanto, é imperativo que o Plano Municipal de Emergência da Moita seja atualizado, com a inclusão de novos critérios legais e operacionais, tendo em vista não só as novas exigências jurídicas, mas também a evolução das práticas de proteção civil, que exigem maior envolvimento da comunidade e uma preparação contínua para situações de risco.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Mais uma vez, e para sermos profícuos, vou tentar ser o mais rápido possível.

O plano municipal de emergência e proteção civil da Moita, em vigor desde 2014, encontra-se desatualizado face ao quadro legal atual, nomeadamente, em relação ao Decreto-Lei 44/2019, que reforça as responsabilidades dos municípios, a necessidade de descentralização, a revisão periódica dos planos e o envolvimento das populações na prevenção e resposta a emergências. O plano existente não reflete plenamente estas exigências nem a evolução dos riscos, das metodologias e das condições do território.

Importa ainda referir que, entre 2017 e 2021, período em que o pelouro da proteção civil esteve sob responsabilidade do PS, não foi promovida a necessária revisão e atualização do plano, apesar das alterações legais entretanto ocorridas.

Nesse contexto, a Assembleia Municipal da Moita recomenda à Câmara Municipal que faça a revisão e atualização urgente do plano municipal de emergência, a criação de unidades locais de proteção civil nas freguesias, a realização regular de simulacros e ações de sensibilização da população, a atualização e divulgação de percursos e procedimentos de emergência.

A proteção civil exige planeamento atualizado, prevenção e proximidade, o concelho da Moita tem condições para estar mais preparado. Urge agir.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Não sei se me estão a ouvir lá em casa, há pouco, na minha intervenção, tenho aqui várias mensagens a dizer que não me ouviram, mas creio que foi um problema técnico e estão desculpados por isso.

Eu não sei, mas o Deputado Nuno Cavaco não leu o documento, pois não? A recomendação? Porque o que nós temos não é o que leu. É que, por exemplo, o deputado Nuno Cavaco faz menção à questão do PS ter estado com o pelouro da proteção civil durante 4 anos, mas aqui no documento não está isso, ou seja, eu voto favoravelmente este documento sem essa menção, mas por isso é que eu achei estranho estar a fazer um resumo e incluir novas coisas, deixou de ser um resumo e passou a ser uma opinião, um ataque próprio, no entanto, da minha parte irei cingir-me a este documento, concordo e votarei a favor, agora este documento não é o que o senhor Nuno Cavaco leu nem o resumo que apresentou a esta Assembleia, porque acho que não está coincidente, as palavras não são coincidentes. Era só isso que eu tinha a dizer.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu queria só reforçar aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita disse. Aquilo que foi lido aqui e passado a público foi um texto completamente diferente daquele que nós estamos aqui a votar, e por isso existe duas hipóteses. Se a bancada da CDU quiser ler o texto integralmente para que as pessoas lá em casa consigam ver o que é que nós na realidade estamos a votar, nós acompanharemos a proposta que foi aqui apresentada e que foi distribuída às bancadas. Se se mantiver este resumo, que partes não coincidem com aquilo que é o texto que aqui está, nós vamos nos abster, como é óbvio, porque isto não é a realidade daquilo que nós estamos aqui a votar.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“O que estamos a votar o documento que vocês têm, o que eu fiz foi considerações sobre o documento, ponto. Como é normal. O senhor Presidente da Câmara, quando apresenta propostas, faz o mesmo, então é normal. É normal.”

Deputado Guilherme Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Senhor Deputado Nuno Cavaco, o que disse é que ia resumir o documento, não disse que ia fazer considerações sobre o documento, portanto, se vai fazer um resumo, não vai acrescentar mais informações àquilo que era suposto ler e partilhar. Acho que as opções que lhe foram apresentadas são claras e concretas para podermos decidir rapidamente o que é que fazemos.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

“Pergunto à bancada do da CDU se mantém. Neste momento têm 5 minutos e 57 segundos.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“O documento que os senhores do PS têm nas mãos é o documento que está a ser votado, não outro, e é o que fica em ata. Não é o que eu digo que vai ser votado.”

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Caro Deputado Nuno Cavaco, eu concordo com o que está escrito neste documento e sou um acérrimo defensor das unidades de proteção civil local nas freguesias. Eu iria, com todo o gosto, acompanhar este documento, mas como o meu colega de bancada, Daniel Serpa, disse, com as considerações que o senhor Deputado fez ao apresentar este documento, indo buscar outros assuntos que nele não estão vertidos, irei abster-me. Infelizmente, terá de ser assim porque fez uma apresentação que não corresponde à realidade do documento, e é pena porque ele até está bem redigido.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

“Apelo para a celeridade neste assunto para passarmos à votação.”

Deputada Carmen Lima do Grupo Municipal do Partido Socialista

“A situação é muito rápida. Eu acho que isto é uma falta de consideração para quem nos ouve lá em casa, porque não sabe, efetivamente, aquilo que nós estamos a votar. É só. Nem o público.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

“Eu passo a palavra à CDU, mas acrescento apenas que a vossa leitura gerou controvérsia relativamente ao documento e já foi dada uma opção.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Temos uma proposta. Eu quero saber o que é que o PS quer que a gente tire da minha intervenção, e eu retiro ok? É a parte de terem tido pelouro? A gente retira. As pessoas lá em casa estão a ouvir. A gente retira.”

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Senhor Nuno Cavaco, eu já me esqueci com precisão aquilo que você disse, o que eu me quero cingir é ao que está escrito no documento, devido ao documento não ter sido apresentado de forma correta.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

“Não entramos em diálogo por favor. Podemos passar então à votação?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Estou à espera da resposta da bancada do PS.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

“A resposta é manter, passar a votação e fica como está?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“O que a gente quer saber é o que é que vocês propõem.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

“Não entrem em diálogo por favor. Podemos passar a votação? Neste momento têm 5 minutos, se considerarem.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“A pergunta que eu faço é se fizermos a leitura dos considerandos se chega para o PS.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

“É feita a leitura ou passamos à votação? Senhor Nuno Cavaco, peço desculpa, temos que decidir sobre esse assunto. Votação então.”

Submetida a votação, a **recomendação** foi **aprovada** por **maioria**, com onze votos a favor, sendo oito da CDU, dois do PSD, um do BE; vinte abstenções, sendo treze do PS, sete do CH.

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Não é uma declaração de voto, é uma pergunta que eu quero fazer à Mesa, mas não quero que o tempo esteja a ser descontado.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto

“Solicito então aos serviços”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Como é uma pergunta à Mesa, naturalmente, o tempo da CDU não deve ser descontado, e é uma coisa que eu quero aqui colocar ao senhor Presidente da Assembleia e aos líderes das bancadas, relativamente a esta questão do Regimento, porque foram estabelecidos tempos relativamente à questão das moções. Está provado, e agora, mais uma vez, assistiu-se a isso que os tempos não funcionam de forma universal porque, de certa forma, a informação em casa às pessoas fica coartada, porque as pessoas acabam por não saber o que é que é aqui votado, ficam à espera que seja publicada a moção que for aprovada para lerem mais tarde.

Portanto, eu queria colocar aqui para refletirem relativamente a esta questão dos tempos, no período antes da ordem do dia, nomeadamente, relativamente às moções e às saudações, por isto que está a acontecer. Há um voto que o Bloco de Esquerda aqui coloca e já ultrapassou, e muito, o tempo que lhe estava admitido, como é que é? Ninguém vai votar em consciência, porque não é lida aqui a moção, as pessoas lá em casa ficam a saber o quê? É as perguntas que eu deixo.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu confesso que não entendi o senhor Deputado João Faim. Todas as interpelações e todas as questões têm 3 minutos à parte para esse tipo de questões, não conta para aquele tempo. Têm 3 minutos para as interpelações à Mesa.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Se o senhor Presidente disser a parte que não percebeu eu repito.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Diga lá por favor, desculpe.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Não, diga lá qual é que é a parte que não percebeu que eu repito, eu explico.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu não percebo qual é a reclamação do tempo. O tempo é aquilo que existe.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A questão é que este episódio merece uma reflexão da Assembleia no seu todo, merece uma reflexão da Mesa da Assembleia e merece uma reflexão da Conferência de Representantes, os líderes de bancada se assim o quiser dizer, sobre este episódio, porque quando todos nós defendemos, e aqui dizemos, o direito à informação, a democracia, e agora foi colocada esta questão da recomendação que aqui foi apresentada pela CDU porque foi resumida, exatamente, por uma questão de tempo e não reproduz fielmente aquilo que aqui está proposto. As pessoas em casa não ficam informadas porque o que se está a passar hoje e está a ser votado hoje não está a ser diretamente informado, e está a ser transmitido em direto lá para casa, há pessoas aqui da plateia a assistir que devem perceber o que é que nós estamos aqui a votar, e dou o exemplo da moção que o Bloco de Esquerda agora tem, que ainda não foi votada, já esgotou o seu tempo, ultrapassou num minuto e tal, certamente, para cumprir o Regimento, não vai poder ler, e como é que isto é votado. Vai-se votar uma moção com o título sem se saber o seu conteúdo e sem explicar às pessoas, sem o direito à informação daquilo que a Assembleia vota?

É essa a questão que eu estou aqui a colocar e, obviamente, não estou à espera de uma resolução neste momento. Acho que merece uma reflexão da Conferência dos Representantes de cada bancada e da Mesa da Assembleia. É a isso que eu me estava a referir.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Senhor Deputado, se eu bem entendi, nós temos o período antes da ordem do dia que são 60 minutos, de lei. A lei tem 60 minutos, não se deve ultrapassar esse tempo. O tempo é distribuído na base da proporcionalidade. Cada bancada, quando traz para aqui as suas moções, as suas propostas, tem que se organizar, porque senão, às duas por três, trazia 150 moções e estávamos aqui amanhã ainda, portanto, é uma questão de organização. As regras de jogo são iguais para todos. Não é preciso ir ao VAR. Portanto, a CDU reduziu porque quis, é uma opção política, porque a CDU vejo que ainda tem 5 minutos e 57. Está a fazer economias para gastar no outro lado, é um direito que lhe assiste, mas então tem que jogar com isso, tem que saber lidar com isso.

Os tempos são o que são, são iguais para todos, são as regras de jogo, e regras de jogo democrático, não foi invenção aqui da Moita. É algo que existe em todo o lado e existe no coração da democracia do país, que é a Assembleia da República, como sabem. E o tempo, estando terminado, normalmente, somos flexíveis a dar um bocadinho mais para não se ficar a meio de uma moção, a não ser que a moção tenha dez páginas e ainda faltem oito, aí temos que dizer que não podemos deixar continuar. É uma questão de bom senso. É a minha opção.

Por acaso, eu não estava aqui e não sei o que é que se passou com o documento do Bloco de Esquerda.”

Tendo sido informado que não foi lido, disse:

“E já não tem tempo? Não pode ler, naturalmente, é tão simples quanto isso. Mas qual informação? Então a informação tinha que ser 3 dias seguidos, como o casamento dos ciganos quase? Por amor de Deus, nós temos regras.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Senhor Presidente, não vou dizer que é uma afirmação xenófoba, porque essas coisas saem, não vou classificar tal afirmação, mas de facto essa do casamento de uma certa etnia...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe lá, eu não depreciei nenhuma etnia. Desculpe lá, é um facto cultural que, normalmente, demoram uma série de tempo, é para me referir ao tempo. Longe de mim fazê-lo com... Não ponha na minha boca aquilo que eu nunca diria. Isto é uma forma de expressão, dizer que aquilo são 3 dias e não sei quê. Aliás, conhece-me bem e sabe que eu era incapaz de uma coisa dessas.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Senhor Presidente, de maneira nenhuma, eu tenho o senhor Presidente como uma pessoa democrática e que não é xenófoba, mas como, às vezes, as afirmações resvalam para determinado tipo de interpretações, é isso que eu não quero que resvala porque o senhor Presidente, realmente, não é uma pessoa que eu reveja nessa categoria.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“É evidente que não. Eu não depreciei minimamente a etnia.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Mas é uma afirmação que, com certeza não é aquela que queria.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“É ou não é verdade que o casamento dessa etnia é diferente do nosso? Eu Não estou a dizer que está mal. Repare, eu não estou a dizer que está mal, estou a dizer que é uma realidade, mas nós não podemos estar aqui na Assembleia três dias.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Senhor Presidente, peço desculpa, apenas quis deixar na Assembleia esta reflexão e só apenas isso, e por aqui termino.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Certo. Eu percebo, mas não a posso aceitar, não a compreendo.”

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.11.

Deputada Eli Rodrigues do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“RECOMENDAÇÃO

Rede Viária

A política mede-se pela distância entre a palavra dada e a obra feita. O que hoje se assiste no concelho da Moita é um abismo inaceitável entre o marketing de outdoor e a realidade das vias que os nossos municípios enfrentam diariamente. Provou-se, mais uma vez, o que afirmámos nesta Assembleia em dezembro de 2025: a CDU, com muito menos recursos, fez muito mais do que o Executivo PS, que se limita a gerir expectativas enquanto o asfalto se degrada. É vergonhosa a situação na Rua São Sebastião e na eterna promessa da respetiva rotunda, prometida há quatro anos. É lamentável o estado das intervenções no Largo da Misericórdia de Alhos Vedros e na Rua Cândido dos Reis, que se tornaram monumentos à inércia. Mais grave ainda: em maio de 2025, a Câmara prometia a reformulação do nó viário na ex-EN11 e na Rua dos Ferroviários. Prometeram segurança e fluidez; entregaram um cartaz publicitário. Enquanto o Executivo vive na ilusão da propaganda, quem circula junto ao ginásio Rock Gym ou no troço sul paralelo ao caminho de ferro continua à espera de uma solução que não sai do papel.

Para que a verdade não seja atropelada, recordamos o património de obra real e discriminada que a CDU deixou ao serviço das populações (2014-2021):

Fez obra em Eixos Estruturantes: EN 11, Estrada da Amizade e rotunda da Amizade, Avenida e Rua 1.º de Maio; Em Centralidades e Serviços: Rua Dr. Egas Moniz, Alameda dos Bombeiros Portugueses, Rua Dr. Alexandre Sequeira, Rua Duarte Pacheco, Rua Padre António Vieira e Rua Teófilo Braga.; Em Intervenções em arruamentos em todas as freguesias: Ruas José Dias Coelho, Aquilino Ribeiro, Afonso Costa, dos Descobrimentos, da Paz e Avenida José Almada Negreiros, Rua de Moçambique, Angola, Fernando Pessoa, da Liberdade, 25 de Abril, Augusto Gil, 7 de Novembro, 18 de Janeiro, Cesário Verde e Bernardino Augusto Xavier. Contribuiu para Expansão e Proximidade com intervenções no Cabeço Verde, Lagoa da Pega, Bairro Gouveia, na Avenida Luís de Camões e Rua do Castanheiro.

Entre 2014 e 2021, verificou-se um volume significativo de intervenção na rede viária do concelho da Moita, num total estimado de mais de 30 quilómetros de vias intervencionadas.

Foram realizados trabalhos de Repavimentações integrais e reperfilamentos, Substituição de condutas de água e saneamento; Requalificação de passeios e melhoria da acessibilidade; Construção de rotundas e reorganização da circulação rodoviária; Execução de novas infraestruturas em zonas carenciadas; Substituição do tapete betuminoso quando a situação estrutural da via assim o exigia. Foi ainda aprovado um Programa de Repavimentações, prevendo a intervenção em 35 ruas, com

investimento superior a 1,6 milhões de euros, a maior parte concretizada. Algumas intervenções não avançaram por decisão política do executivo seguinte do PS, apoiados na altura pelo Chega, prejudicando a continuidade do trabalho iniciado. Paralelamente, continuou o Programa Municipal de Percursos Pedonais e Cicláveis, promovendo mobilidade sustentável e reforçando a segurança de peões e ciclistas.

Neste contexto, a Assembleia Municipal da Moita recomenda à Câmara Municipal:

1. Sinceridade Institucional: Que o Executivo explique o abandono das obras no Largo da Misericórdia, a ausência de execução na Rua São Sebastião e a falta de intervenção no nó da Rua dos Ferroviários com a nacional 11 e os problemas com a Rua Padre António Viera em Alhos Vedros recentemente intervencionada.
2. Passos para uma Intervenção de Emergência:
 - Diagnóstico: Levantamento técnico imediato do estado de conservação das vias.
 - Intervenção Rápida: Execução de reparações urgentes nos pontos de maior risco para a segurança rodoviária.
 - Planeamento Estratégico: Substituição da "política do remendo" e do marketing por um plano de pavimentação estrutural e manutenção preventiva.
3. Transparência e Prestação de Contas: Resposta urgente aos requerimentos da CDU, honrando o dever de informar os eleitos e a população.

O debate político é legítimo e saudável, mas deve assentar em factos verificáveis, números rigorosos e análise comparativa. A CDU demonstra mais transparência que o PS, ao apresentar dados concretos e assumir a sua obra, enquanto o executivo municipal se limita a prometer sem executar e a evitar prestação de contas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Esta recomendação, na realidade, senhor Presidente, se me permite, é demagogia política. É só o que está aqui escrito. É só isto. Primeiro, vem fazer aqui um rol de intervenções feitas no mandato anterior. Bem, este já é o segundo mandato do Partido Socialista, aquilo que está lá para trás está para trás. Foi feito, mal feito, por acaso, porque aquilo a que nós assistimos ao plano de repavimentação da CDU no mandato de 2017-2021, na realidade, foi uma vergonha, que foi repavimentar por cima de estruturas que precisavam de ser reparadas, foi deixar sarjetas e sumidouros abaixo da cota e que permite, muitas das vezes, as pessoas colocarem lá os pneus dos carros e terem os carros danificados, é fazer repavimentações de um plano que estava completamente desatualizado. E mais, foi feito com um investimento à custa de um empréstimo que foi feito para repavimentações, algo que o município nunca devia ter feito. As repavimentações é gestão corrente e deve ser feita com os fundos com o município tem e não ao abrigo de um empréstimo.

Aquilo que o Partido Socialista está a fazer no executivo da Moita já foi público, o senhor Presidente já fez essa essa apresentação, está a ser feita uma intervenção, e foi lançado um concurso, atualmente, para uma intervenção, não me recorde o número de ruas e de estradas em concreto, mas é na ordem dos quase dos 800000 euros de intervenções. Intervenções que foram feitas e identificadas redes viárias que não precisam de intervenção na infraestrutura, para ser mais rápida a repavimentação dessas estradas, está a ser feito o planeamento de uma segunda fase de repavimentações, que essa sim obriga a que haja mexida nas infraestruturas que lá estão ,para não estarmos a colocar alcatrão em algo que é necessário ser levantado ao fim de uns anos.

Vou dar um exemplo. Avenida 1º Maio no Vale da Amoreira, vai ter que ser levantado do chão para ser reestruturada as infraestruturas que lá estão. Esta obra foi de 2021, 2022 se não me engano, por isso é preciso ter escolha política e a escolha política do Partido Socialista é esta. É identificar as necessidades, trabalhar com os fundos e o valor que tem disponível para fazer essas intervenções e não usar dinheiro de empréstimo para coisas que devem ser feitas com fundos para a gestão corrente. É essa a opção política do Partido Socialista, está inscrito no orçamento o valor que é investido este ano em repavimentações e, nos próximos anos do mandato, tenho a certeza que irá existir mais investimento nas repavimentações, por esse motivo, nunca podemos acompanhar esta recomendação. Não só por isto, mas também porque, mais uma vez, aquilo que está aqui a ser votado foi resumido

pela bancada da CDU e as pessoas lá em casa não ouvem tudo aquilo que está escrito neste documento.”

Deputada Eli Rodrigues do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Rua Padre António Vieira alcatroada duas semanas antes das eleições, com vários abatimentos. Não foi substituído nada por baixo. É só.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“O que nós temos a dizer, e acompanharíamos de bom grado, obviamente, todas as recomendações que sejam para proveito da população, como é óbvio, mas reconhecemos também, à semelhança daquilo que a CDU também disse sobre a moção do CHEGA, que era politizada por ter colocado o dedo na ferida e apontado o dedo, em nosso entender, a quem foi o responsável pelas questões do hospital do Barreiro...”

Neste momento, perante interrupção, disse:

“Senhor Nuno Cavaco, estou a falar se faz favor, obrigado. Um bocadinho de respeito também, porque eu também o respeito quando está a falar. Oiça, tem depois tempo para contradizer aquilo que eu estou a dizer, se não se importa.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A verdade é que não temos um polígrafo. A verdade é a palavra de quem a tem por direito próprio, em cada momento.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Em relação à questão e, precisamente, agarrando naquilo que é a verdade, há aqui uma afirmação “a CDU, com muito menos recursos, fez muito mais do que o Executivo PS”, não sei se será bem assim, teríamos que estar a avaliar uma coisa e outra, e nos vários mandatos, e ver a proporcionalidade dos orçamentos que cada um teria, portanto, é por isso também que não acompanharemos esta recomendação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a votação, a **recomendação** foi **reprovada** por **maioria**, com nove votos a favor, sendo oito da CDU, um do BE; quinze votos contra, sendo treze do PS, dois do PSD; sete abstenções do CH,

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

“Para as declarações de voto há três minutos extra, como sabem, portanto, quem já os tenha esgotado ou quem não chegue, no Regimento há três minutos para se poder fazer uma declaração de voto.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“Não preciso dos três minutos extra, gostaria só que a minha intervenção inicial na discussão da proposta fosse considerada declaração de voto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Assim será feito.”

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA preferida pelo Deputado Vítor Cardoso

“Peço igualmente para a minha declaração anterior constar como declaração de voto.”

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pelo Deputado Nuno Cavaco

“Em primeiro lugar, nós votámos a favor e votámos a favor, para as pessoas lá em casa perceberem, de uma metodologia de trabalho, para haver sempre planos de asfaltamento e de intervenção nas estradas. Mais, aquilo que foi dito pelo CHEGA é mentira, e mais, só para terminar, a CDU tinha um plano de intervenção, para além de outras obras, de 35 arruamentos, com obras em infraestruturas também. Fez um empréstimo porque era valor pesado, agora dizer que não se endivida para isto? É que o PS endividou-se sem obra. O PS endividou-se sem obra.

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Senhor Presidente, queria só também fazer uma pequena intervenção sobre a intervenção do Deputado Nuno Cavaco.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mas quer fazer em declaração de voto?”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“A declaração de voto já fiz.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mas como ainda tem tempo.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“É uma defesa da honra porque chamou-nos mentiroso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“O CHEGA tem três minutos, pode usá-los livremente como quiser, mas eu não sei se ele se quer referir à declaração de voto. Só depois dele falar.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“É uma defesa da honra, senhor Presidente. O senhor Nuno Cavaco chamou-nos mentiroso.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Eu não chamei mentiroso a ninguém.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Disse que era mentira, na minha terra dizer que é mentira, é mentiroso. Desculpe lá.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Não. Eu disse que é mentira porque é mentira.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Se diz que é mentira, chamou-nos mentiroso. E queríamos só saber qual era a mentira.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro pretendia intervir neste Período.

Declaração política do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, proferida pela Deputada Alice Cantante

“O PSD na Moita está firme e determinado a lutar contra o encerramento do serviço de urgência de obstetrícia do hospital do Barreiro e pela reposição do serviço de cardiologia, que foi injustamente encerrado pelo Partido Socialista, em vésperas das eleições legislativas de Fevereiro de 2024.

Esta não é uma posição nova ou oportunista, mas sim uma continuação da luta que vem sendo travada desde 2022, quando o Governo socialista de António Costa falou pela primeira vez na possibilidade de encerrar toda a maternidade que, felizmente, continua aberta.

Ao longo dos últimos anos, assistimos à destruição de todos os serviços públicos pela mão da geringonça e depois pela maioria absoluta do Partido Socialista.

O PSD na Moita tem estado ao lado dos nossos munícipes, defendendo os seus interesses e direitos, a saúde de qualidade, a melhores vias rodoviárias, estando as nossas estradas como nunca estiveram

Em fevereiro de 2024, reagimos ao encerramento da valência de cardiologia, um duro golpe para a nossa comunidade, e em fevereiro de 2025 voltamos a reagir às notícias sobre a possibilidade de fechar a urgência de obstetrícia. Trabalhamos junto dos nossos deputados eleitos por Setúbal, por considerarmos um serviço essencial para as mulheres e famílias da nossa região.

Desta vez estaremos, novamente ao, lado dos nossos munícipes com mais força e união, pois todos os partidos, aparentemente, estão juntos nesta luta de forma honesta, sem qualquer interesse de ganhos políticos.

Da nossa parte, seja quem for governo, mantemo-nos firmes na defesa da nossa população. Outros não poderão dizer o mesmo. Exemplo disso, recordamos, 2022 e 2024 e o silêncio do Partido Socialista na Moita.

Pode ser um momento histórico em que as diferenças políticas são deixadas de lado para defender o que é mais importante, a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos. Vamos continuar a lutar pela nossa terra e pelos nossos munícipes, independentemente do que nos separa politicamente. Unidos, naturalmente, somos mais fortes e é com esta força e determinação que vamos enfrentar este desafio e garantir que os serviços de saúde que a nossa comunidade precisa sejam preservados.

Por fim, dizer que vamos juntar-nos a essa luta de forma presencial no próximo domingo, às dez horas em frente ao hospital, algo que voltamos a recordar, nunca ter sido feito pelo Partido Socialista em 2022 e em 2024.”

Declaração política do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária, proferida pela Deputada Vivina Nunes

“A CDU vem por este meio manifestar a sua veemente condenação pela reiterada falta de resposta aos requerimentos apresentados pelos seus eleitos nesta Assembleia Municipal.

Os requerimentos são um instrumento essencial de fiscalização democrática, transparência e acompanhamento de atividade do executivo, não constituem um favor solicitado, mas sim o exercício de um direito legal dos eleitos locais e um dever de resposta por parte do órgão executivo.

A ausência ou atraso sistemático de respostas, viola princípios e normas fundamentais do funcionamento democrático do poder local, designadamente a Lei 75/2013, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e consagra o dever de colaboração institucional e de prestação de informação aos membros dos órgãos autárquicos.

O estatuto do direito de oposição, que garante aos eleitos da oposição o direito à informação, à consulta e ao acompanhamento da atividade dos órgãos executivos, o próprio regimento da Assembleia Municipal da Moita, que prevê a apresentação de requerimentos e o dever de resposta em prazos adequados.

O incumprimento destes deveres não é uma mera irregularidade administrativa, representa uma desvalorização do papel fiscalizador da Assembleia Municipal, um obstáculo ao exercício do mandato dos eleitos e uma limitação ao direito dos munícipes dos munícipes a uma gestão transparente e escrutinada.

A CDU considera que esta situação é inaceitável e exige a resposta, com maior urgência, a todos os requerimentos pendentes, o cumprimento rigoroso dos prazos legais e regimentais, o respeito institucional pelos direitos dos eleitos da oposição e pelo normal funcionamento democrático da Assembleia.

A CDU solicita ainda que esta situação seja formalmente registada no relatório de avaliação do direito de oposição. nos termos do estatuto do direito de oposição, por forma a que fique documentado o incumprimento verificado e não descarta a adoção de outras medidas caso as considere adequadas.

A democracia local exige transparência, respeito institucional e cumprimento da lei.

Não responder aos requerimentos é enfraquecer o papel desta Assembleia e desrespeitar quem aqui foi eleito para representar a população.

A CDU continuará a exercer o seu mandato com responsabilidade, rigor e exigência, em defesa da transferência, da legalidade e dos interesses das populações do concelho da Moita.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Eu peço desculpa por voltar ao assunto, mas ficou aqui pendente no ar que esta bancada tinha dito, em alguma altura, uma mentira, mas eu gostaria de saber qual foi.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Há bocado, quando o senhor Vítor estava a falar, queria lhe dizer que o senhor Vítor estava a dizer que a bancada da CDU disse o que o senhor Daniel Serpa tinha dito. Foi bancada do PS é que disse que o documento do CHEGA era muito politizado, a CDU não disse isso. E o argumento que o CHEGA usou como para votar contra os documentos da CDU foi esse. A CDU não disse isso. A CDU não disse nada disso, foi o senhor Daniel Serpa, portanto, eu peço desculpa ao senhor Vítor pela forma intempestiva com que reagi, mas ele estava a dizer uma coisa que a CDU não disse, foi o senhor Daniel Serpa. Não disse, foi o senhor que disse, mas você já acabou o tempo não é? Portanto, respeite os outros. Respeite os outros.

Portanto, eu quero pedir desculpa ao senhor Vítor, mas o que eu quis dizer é que foi o senhor Daniel Serpa que disse, não foi a bancada da CDU, e quando eles utilizam o argumento para votar contra o documento da CDU, nós achámos que não estava correto. Foi isso e peço desculpa a bancada do CHEGA.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Está reposta, mais ou menos, a verdade. Agradecemos o pedido de desculpas, mas se voltarmos um bocadinho a fita atrás, eu acho que o senhor João Faim fez essa referência, e só por isso é que eu fiz também essa referência.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Senhor Presidente, existe aqui um voto de solidariedade com o povo iraniano apresentado pelo Bloco de Esquerda que já não tem tempo. Eu gostaria de apelar, democraticamente, a esta Assembleia que o senhor Presidente colocasse à votação a possibilidade de fazer a apresentação deste voto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“De acordo com o Regimento, temos que ser coerentes e não podemos aceitar. Todas as bancadas, quando vêm para aqui, sabem o tempo que dispõem e têm que se organizar de forma a trazer o assunto que possa caber no tempo que têm disponível. Isto é democrático, não há mais democracia que esta. A representatividade foi o povo que a deu nas eleições e os tempos é um direito que as pessoas têm dado por esse povo, portanto, eu lamento muito, tenho a maior das considerações e amizade pelo Deputado António Chora, mas não há, realmente, nada a fazer, porque senão não vale a pena regimentos e regulamentos e não sei quê.

Há exceções, enfim, quando estão em causa superiores interesses do município, coisas muito concretas. Este é mais um conflito internacional, mas há muito mais, há a Palestina, nunca mais saímos daqui, e temos que prestar mais atenção e ter mais tempo para com os problemas do concelho, e aí é que nós devemos fazer os esforços todos por gastar energias e tempo, não tendo não vale a pena, e eu não posso aceitar.”

Em seguida, por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 -Atas do XIII Mandato 2021-2025:

3.1.1 - Ata nº 5/25 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de junho – 27.06.2025

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Ainda temos aí algumas atas do mandato anterior e já temos as atas deste mandato. Eu julgo que todos os senhores deputados são portadores da documentação que foi distribuída pelos serviços, e se

me for permitida a metodologia, eu diria se há alguma das atas onde as pessoas tenham estado presentes que queiram fazer alguma observação ao conteúdo dessas atas.

Antecipadamente, as do mandato anterior mandámo-las a todas as pessoas que já não estão cá, mas que pudessem testemunhar que o que é dito foi fiel. Tive um caso concreto, foi o único, por acaso do senhor Vereador João Figueiredo, que era deputado municipal, que viu que havia ali alguma imprecisão e foi corrigido. Ele tinha razão, foi corrigido e tudo foi distribuído nessa conformidade.

Sendo assim, iria passar à votação, e julgo que têm aí uma cábula também de quem é que pode votar.”

Em seguida, recordou quem participou na sessão em apreço e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com dez votos a favor, sendo sete do PS, dois da CDU, um do BE.

3.1.2 - Ata nº 6/25 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de setembro – 26.09.2025

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou quem participou na sessão em apreço e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com doze votos a favor, sendo nove do PS, dois da CDU, um do BE.

3.2 - Atas do XIV Mandato 2025-2029:

3.2.1 - Ata nº 1/25 – XIV Mandato – 1ª Reunião de Funcionamento – 05.11.2025

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou quem participou na sessão em apreço e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e seis votos a favor, sendo doze do PS, cinco da CDU, sete do CH, um do PSD e um do BE.

3.2.2 - Ata nº 2/25 – XIV Mandato – 1ª Sessão Extraordinária – 09.12.2025

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou quem participou na sessão em apreço e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo treze do PS, sete da CDU, sete do CH, um do PSD e um do BE.

3.2.3 - Ata nº 3.1/25 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de dezembro – 1ª reunião – 18.12.2025

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou quem participou na sessão em apreço e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e sete votos a favor, sendo treze do PS, seis da CDU, sete do CH e um do PSD.

3.2.4 - Ata nº 3.2/25 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de dezembro – 2ª reunião – 19.12.2025

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou quem participou na sessão em apreço e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo doze do PS, sete da CDU, sete do CH, dois do PSD e um do BE.

3.2.5 - Ata nº 1/26 – XIV Mandato – 3ª Sessão Extraordinária – 30.01.2026

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou quem participou na sessão em apreço e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e oito votos a favor, sendo doze do PS, seis da CDU, sete do CH, dois do PSD e um do BE.

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“É só uma observação para as pessoas lá de casa. Devíamos ler as atas todas para as pessoas lá de casa saberem o que é que a gente já está a votar”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Está boa, sim senhor.”

3.3 - 1ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, três votos contra do CH; duas abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 13/02/2026:

«De acordo com o artigo 124º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2026, o saldo da gerência da execução orçamental pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, após a aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental".

Para que a decisão dos órgãos seja devidamente informada e contextualizada, o pedido de integração do saldo da gerência de 2025 é instruído, para além do mapa "Demonstração do desempenho orçamental" aprovado, com o mapa de demonstração dos fluxos de caixa, a informação da execução das Grandes Opções do Plano (individualizada a execução do Plano Plurianual de Investimentos) e a informação da execução orçamental da receita e da despesa (todos em anexo).

Desta forma, considerando que o saldo apurado da gerência de 2025, é de € 8.015.321,44 (oito milhões quinze mil e trezentos e vinte e um euros e quarenta e quatro centavos), sendo € 6.168.252,03 (seis milhões e cento e sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta e dois euros e três centavos) respeitantes a execução orçamental e € 1.847.069,41 (um milhão e oitocentos e quarenta e sete mil e sessenta e nove euros e quarenta e um centavos) respeitantes a operações de tesouraria, e que o mapa "Demonstração do desempenho orçamental", está aprovado nos termos referidos anteriormente, propõe-se a revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes opções do Plano conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Anexo:

- 1ª Revisão Orçamento Receita 2026
- 1ª Revisão Orçamento Despesa 2026
- 1ª Revisão GOP 2026
- Desempenho orçamental 2025
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Execução GOP 2025
- Execução PPI 2025
- Execução Orçamental Receita 2025
- Execução Orçamental Despesa 2025»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Para que não subsistam dúvidas, e contrariando aquela que é a práxis noutras matérias, e partindo do pressuposto que alguns dos elementos aqui presentes possam não ter tido tempo de ler o documento, vou lê-lo todo só para que todos fiquem a saber o que, realmente, estão a votar. Se me permitirem. Então, é o seguinte:

«De acordo com o artigo 124º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2026, o saldo da gerência da execução orçamental pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, após a aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental".

Para que a decisão dos órgãos seja devidamente informada e contextualizada, o pedido de integração do saldo da gerência de 2025 é instruído, para além do mapa "Demonstração do desempenho orçamental" aprovado, com o mapa de demonstração dos fluxos de caixa, a informação da execução das Grandes Opções do Plano (individualizada a execução do Plano Plurianual de Investimentos) e a informação da execução orçamental da receita e da despesa (todos em anexo).

Desta forma, considerando que o saldo apurado da gerência de 2025, é de € 8.015.321,44 (oito milhões quinze mil e trezentos e vinte e um euros e quarenta e quatro centavos), sendo € 6.168.252,03 (seis milhões e cento e sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta e dois euros e três centavos) respeitantes a execução orçamental e € 1.847.069,41 (um milhão e oitocentos e quarenta e sete mil e sessenta e nove euros e quarenta e um centavos) respeitantes a operações de tesouraria, e que o mapa "Demonstração do desempenho orçamental", está aprovado nos termos referidos anteriormente, propõe-se a revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes opções do Plano conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

E apenas acrescentar à leitura, se me permitirem, porque depois existem os mapas e acredito que os senhores terão alguma dificuldade em ler, na sua totalidade, todos os mapas, eu destacaria, mas ao fazer isto não vou desvirtuar, como é óbvio, o documento, nem vou dizer coisas que aqui não estão.

O que nós temos aqui, e que nos propomos, é reforçar a rubrica de repavimentações, a rubrica para, neste caso, contratação de pessoal, e aqui agora deixo para que fique mesmo registado que não aparece escrito, é opção política continuar a apostar nas repavimentações sem recorrer a empréstimo e, neste caso também na contratação de pessoal operacional, que tanta falta faz para que possamos desempenhar bem aquelas que são as funções do nosso município, e com isto disse. Julgo ter deixado claro, depois haverá aqui outras coisas ou outras questões se quiserem colocar.. Ao dispor.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria**, com catorze votos a favor, sendo treze do PS, um do BE; oito votos contra, sendo sete do CH, um do PSD; oito abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA proferida pela Deputada Cláudia Paulino

“O Grupo Municipal do CHEGA votou contra a 1ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano, embora reconheçamos que o documento foi remetido dentro do prazo legalmente estabelecido, entendemos que o tempo disponibilizado para a sua análise não foi suficiente para permitir uma apreciação rigorosa, detalhada e responsável de todas as matérias nele constantes.

Estamos a falar de instrumentos de planeamento que envolvem valores significativos, provenientes do esforço e contributo dos nossos municípios, por esse motivo, consideramos que tais documentos exigem da nossa parte uma análise profunda, criteriosa e plenamente fundamentada, garantindo que cada decisão tomada respeita os princípios da boa gestão, responsabilidade e defesa do interesse público.

Entendemos que uma solução adequada passaria pela disponibilidade do executivo em alargar o prazo de apreciação, permitindo assim uma análise mais intensiva e detalhada do documento.

Tal medida não só reforçaria a qualidade da decisão política, como contribuiria também para uma maior transparência e rigor no processo, valores que consideramos essenciais na gestão pública.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do CHEGA votou contra.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Antes de passar ao ponto seguinte, dizer que eu cometi aqui um lapso. Os senhores foram informados que eu ia submeter, e normalmente é no princípio, a admissão de uma proposta, que é de uma hasta pública no mercado, e atrasarmos isto mais, reparem, é o nosso comércio local, são realmente as pessoas que têm o comércio local na Praça da Moita que estão a ser prejudicadas quanto mais tarde isto for, eu pergunto se podemos considerar a proposta à admissão.

Se ninguém tiver nada contra ela, ela irá entrar aqui, como já era a ideia, antes da apreciação da atividade, portanto, será a 3.6 passando a atividade municipal para o 3.7. Muito obrigado pela vossa compreensão.”

3.4 - Aprovação da Delegação de Competências para os Agrupamentos de Escola da Moita e respetiva contrapartida financeira no âmbito do processo de Descentralização da Educação

A proposta infra foi aprovada por unanimidade com nove votos a favor, sendo quatro do PS, três do CH e dois da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 13/02/2026:

«Considerando:

- Que o processo de descentralização de competências iniciou-se por via da publicação da Lei n.º 50/20018, de 16 de janeiro, Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, na versão atualizada;
- Que no que concerne ao domínio da Educação, a transferência de competências efetivou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro na sua versão atual;
- Que tendo em consideração os desígnios do processo de descentralização de competência, também a Câmara Municipal da Moita tem promovido a figura da descentralização, neste domínio com as entidades inseridas no território, desde logo em razão do espírito inerente à descentralização, que se pode traduzir, grosso modo, na proximidade às populações, seus constrangimentos e tendo em conta os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- Que se pretende dar seguimento às parcerias estabelecidas no território com vista à gestão das matérias inerentes à área da educação;
- Que com vista a esse propósito importa regular os termos e áreas a descentralizar para o exercício das competências por parte dos diversos Agrupamentos de Escola do Concelho;
- O disposto no artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na versão atual, que estipula que, *"salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela Câmara Municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas (...)"*, conjugado com o disposto no n.º 6, do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual, que estipula que *"o diretor exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela administração educativa e pela Câmara Municipal (...)"*;
- Que de acordo com o disposto no 46.º, do decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na versão atual, foi transferido para os Municípios e para esta Câmara Municipal a competência de assegurar os encargos com os serviços externos essenciais ao normal funcionamento das instalações

(encargos com água, eletricidade, combustíveis, comunicações, limpeza, higiene e material de escritório, em todas as escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário do município;

- Que de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 52.º do citado Decreto-Lei, o financiamento das competências de investimento e gestão das autarquias locais e entidades intermunicipais em matéria de educação, é assegurado pelos mecanismos previsto no respetivo regime financeiro e no Orçamento do Estado;
- O disposto nos números 1 e 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo,
- O disposto no artigo 18.º, do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação atual;
- Que nem o decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na versão atual, nem o decreto-lei n.º 75/2008, na redação atual, contemplam, na matéria da delegação de competências, a figura de contrato interadministrativo, aplica-se, pois, as regras gerais em matéria de delegação de poderes constante do Código do Procedimento Administrativo, que deve ser submetida e aprovada pela Câmara Municipal uma vez que parte das competências que se pretende descentralizar são da competência própria da Câmara Municipal, conforme o regime legal da descentralização das competências, que atrás se aludiu;
- O disposto do número 3 do artigo 32.º do decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;
- O protocolo de delegação de competências vigora pelo prazo de quatro (4) anos, sendo a respetiva contrapartida financeira definida e atualizada anualmente, nos termos legalmente aplicáveis. A distribuição anual da contrapartida financeira pelos agrupamentos escolares pode ser efetuada no prazo máximo de seis meses após o início de cada ano económico, mantendo-se, durante esse período, em vigor os termos do ano anterior, para efeitos de continuidade da execução.

Nestes termos, **PROPÕE-SE** que o Executivo Municipal delibere:

- Aprovar os atos de delegação de competências para os Diversos Agrupamentos de Escolas da Moita, a saber Agrupamento de Escolas da Moita, Agrupamento de Escolas da Fragata do Tejo, Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira, Agrupamento de Escolas D. João I, Agrupamento de Escolas José Afonso, Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e respetiva contrapartida financeira; conforme documentos n.º 1, 2, 3, 4, 5 e 6, que junto se anexam e se dão por integralmente reproduzidos para os fins tidos por convenientes;
- Que os mesmos sejam submetidos a Assembleia Municipal;
- Aprovar o registo e publicitação dos despachos delegatários e subdelegatários por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal nos termos da lei.

O presente encargo financeiro encontra-se cabimentado na rubrica 03/04 05010301 - Contratos Interadministrativos delegação de competências.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Aqui, deixem-me só fazer um breve parêntese, antes de dar a apresentação em si da proposta.

Nós todos estamos solidários com os inúmeros equipamentos que foram afetados pela tempestade Kristin e todas as outras com todos os nomes, aquilo era umas a seguir às outras, que provocaram estragos imensos em todo o país e também no nosso concelho, mas se olharmos para outros pontos do país em nada nos podemos comparar ao que aconteceu em Leiria ou em Alcácer, ou em Coimbra, só para citar alguns exemplos, mas nós também tivemos muitos estragos.

Dar nota que, no nosso município, e por opção do Governo, não foi declarado estado de calamidade porque consideraram que não se justificava, mas eu quero-vos dar uma nota muito clara, que é o estado de calamidade que permite apoios diretos às pessoas, por parte da Câmara aos cidadãos, caso contrário, apenas por candidatura, como eu disse inicialmente, no PTRR que o Governo irá lançar agora. Por isso, todos os estragos no âmbito da educação que possam ter decorrido ou que possam acontecer, a Câmara Municipal não pode dar esses apoios indiretos, ainda que o queira, tem três parceiros neste sentido, e ainda que os senhores deputados municipais aceitassem que a Câmara Municipal fizesse esse pagamento, haveria uma entidade pela qual a Câmara Municipal teria que responder, que era EGF, e teríamos responsabilidade financeira, além de que o Presidente da Câmara não pode trazer a reunião de Câmara nem trazer depois, consecutivamente, à Assembleia a proposta de algo que seja ilegal. Está na lei, é por isso que não se pode fazer intervenções diretas.

Estamos todos solidários com todas as situações que observámos, mas é por isso que os nossos autarcas, todos eles, se queixaram ao Ministro, porque estabelecer estado de calamidade, em algumas das situações, permitia apoiar seja o comércio local, seja as pessoas de forma imediata. Assim, infelizmente, e a Câmara estará disponível para ajudar a instruir os processos, mas terão de esperar pela abertura do PTRR.

Dito isto, vou passar a palavra ao Vereador António Carlos Pereira para que apresente então aqui a proposta das escolas de forma sucinta.”

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

“Relativamente a esta proposta que aqui trazemos para aprovação pela Assembleia Municipal, resultante também daquilo que já foi a proposta que foi apresentada em reunião de Câmara, dizer que estas áreas que aqui trazemos são algumas das competências transferidas e delegadas pelo município nos diretores dos agrupamentos de escola, dos 6 agrupamentos de escola que estão neste enquadramento, neste fundo de financiamento da descentralização na área e domínio da educação, portanto, nestes diferentes blocos, nestas diferentes áreas de competência. Estas duas que aqui trazemos, sobretudo na gestão dos estabelecimentos escolares, dos equipamentos escolares, naquilo que é as contas correntes, as despesas e os encargos que os diretores têm na gestão das suas escolas, escolas 2/3 e escolas secundárias, nestas oito escolas que nós temos no município.

Trazemos aqui esta proposta de cerca de meio milhão de euros, 465000 euros, em que se vão repartindo nestas despesas de funcionamento, mas também esta competência delegada, naquilo que é a confiança que o município tem nos nossos diretores de agrupamentos de escola, que é também a questão das pequenas obras e manutenção, a conservação, e o senhor Presidente diz, efetivamente, estas são obras de pequena monta, são obras de pequena conservação, de manutenção, não outras, como é o caso, que também aqui foi apresentado de uma escola que nós temos e que está apresentada como uma obra de grande monta e de grande intervenção, na nossa escola secundária da Moita. Portanto, essas serão, fruto de candidaturas específicas, e relatórios técnicos que foram feitos e as avaliações técnicas, portanto, é nesse quadro, e já enviadas também, estão no conhecimento das entidades, da Agência de Gestão dos Sistemas de Ensino, a antiga DGEST, e neste enquadramento, está nessa apreciação também para fazerem esse financiamento, assim como aconteceu o ano passado.

Infelizmente, estas escolas têm estado a sofrer estes fenómenos da natureza, sobretudo estas na Moita, portanto, é este enquadramento que aqui fazemos para clarificar. Esta é uma competência que está delegada, que já esteve no passado e depois, entretanto, foi feito uma gestão diferente, mas que este ano fazemos esta proposta de uma parte deste financiamento da pequena obra e manutenção, voltar para os diretores dos agrupamentos, naquilo que é a avaliação destas dinâmicas, mais competências delegadas, menos de competências delegadas, tem a ver com a nossa própria gestão na decisão, também com os senhores diretores, portanto, é esta a proposta que aqui trazemos hoje, neste âmbito deste fundo de financiamento da descentralização, o funcionamento e as pequenas obras e manutenção, é a proposta que trazemos para aprovação e a decisão.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

«Senhor Presidente, é só uma nota, e ainda bem que nós fazemos considerando sobre os documentos, o senhor Presidente fez, e eu gostei de ouvi-lo, mas quero corrigi-lo aqui em duas. Não é bem corrigi-lo, uma quero dar a minha opinião e outra quero dar a minha opinião que eu acho que isso acaba por ser uma correção ao que foi dito.

Primeira questão, quando um equipamento está na responsabilidade da Câmara e acontece alguma coisa a um terceiro por algum acidente, mesmo que não seja imputado diretamente à Câmara, a gente tem que estar do lado das pessoas, e a questão é, o senhor Presidente pode ter muita razão, mas fica a pergunta, o que é que nós fizemos junto de quem de direito para resolver o problema à senhora que há um ano não sabe de nada, e isto não pode ser dito também como se diz.

Depois, e eu gostei da explicação do senhor Presidente e do senhor Vereador, mas tenho que dizer aqui uma coisa, dá a ideia, para quem está lá em casa, e há bocado era a preocupação, que todos os problemas das escolas são devido às tempestades, e não, não são, há problemas muito mais antigos,

alguns demonstrados por falta de intervenção, quer da Câmara, quer das juntas de freguesia, que têm competências diretas. Lembro-me de várias coisas, mas quero aqui valorizar o papel da CDU. A CDU, ao longo dos anos, tem apresentado problemas concretos de escolas nas assembleias de freguesia, na câmara municipal, nas assembleias municipais, e ainda fez, o ano passado, visitas a escolas onde observámos, por exemplo, numa escola que não havia uma única porta metida ou um extintor. Isto não foi nenhuma tempestade, a tempestade entrou lá para dentro e tirou os extintores todos, não foi, e foi e toda a gente sabe quais são as escolas, uma é a Fragata do Tejo, outra é a escola básica do Vale da Amoreira.

Portanto, nós vamos acompanhar a proposta, não podemos é deixar as pessoas lá em casa pensar que tudo o que é de mal nas escolas se deve a tempestades. Não. Há aqui também um trabalho que a Câmara devia fazer melhor e que as juntas de freguesia deviam fazer melhor, mas mais, há também que lembrar que a CDU avisou, aquando da transferência de competências, que as competências vinham e se não viessem com os meios vinham transferência de problemas, e o Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista, dizia assim “não, a CDU não quer é trabalhar”. Ao fim ao cabo, a CDU tinha razão, mais uma vez, e a transferência foi mal feita e deve mesmo ser alvo de preocupação e de intervenção por parte de todos os partidos, porque estamos a transferir problemas para a nossa autarquia, e a nossa autarquia tem caras as caras estão ali e, muitas vezes, são acusados injustamente de problemas que eles assumiram, mas que não foram eles que criaram.»

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu cada vez que ouço a CDU falar das escolas, não é por, não quero dizer mentira, uma alegação ser repetida muitas vezes que se torna verdade. Eu não consigo compreender como é que dizem que as juntas não têm feito manutenção das escolas, depois de todo o esforço que temos dedicado. Há aqui que saber separar as coisas, o que é que são trabalhos de manutenção e reparação, que compete às juntas de freguesia, e o que é que são obras de grande monta, que tem que ser conseguidas através de projetos de candidaturas, de apoios do Ministério, e isso a nós já não nos compete. Eu falo da parte da Junta de Freguesia, que é aquilo que eu defendo.

Agora, estarem a dizer que na Fragata não há portas, que na Fragata não há manutenção, você desculpe, acabou de dizer que foi uma escola que nem portas tinha e extintores, e depois falou na Fragata. Então, quando é assim, convém sempre especificar. Já o senhor Vereador João Figueiredo foi para a comunicação social a culpar as juntas a dizer que não há manutenção. Os senhores, se estivessem dentro dos assuntos e soubessem o que se passava nas escolas, não falavam assim. Primeiro, independentemente da CDU ter ou não competências nas escolas de segundo e terceiro ciclo e secundárias, tinham o dever, enquanto presidentes de junta e enquanto responsáveis da câmara municipal, de acompanhar os problemas que se passavam naquelas escolas.

E digo-lhe uma coisa, é para mim um orgulho, enquanto representante da Junta de Freguesia da Moita, e penso que para os meus colegas também, ter recebido as competências de manutenção e reparação das escolas de segundo e terceiro ciclo e secundárias e, a pouco e pouco, termos resolvido todos os problemas que há a este nível. E digam-nos, com factos concretos, o que é que lá está por resolver em trabalhos de manutenção e reparação. Da mesma forma que nós andamos também os primeiros três, quatro anos, ou seja, desde que tomámos posse, falamos do mandato anterior, a resolver problemas nas escolas do ensino pré-escolar e primeiro ciclo que a CDU, na altura, nos deixou também e que herdamos da vossa gestão, que também estava entregue às juntas de freguesia. Aí sim, eu posso apontar todo aquele trabalho e desenvolvimento que nós temos feito nesses estabelecimentos escolares, agora, generalizam, e querem dizer que nada foi feito nas escolas de segundo e terceiro ciclo e na secundária. Isso não é verdade e, se soubessem dos factos do que estão a fazer não utilizavam isso como demagogia política e iam saber de tudo o que é feito e das condições que têm melhorado.

Na escola Fragata do Tejo, esta Junta de Freguesia já recuperou 25 salas de aula. Neste momento, a Fragata tem as salas todas recuperadas. Há um problema na Fragata, que tem que ser feito, e é uma intervenção de grande monta, que é a pintura e o isolamento das paredes por fora, mas isso vai ser tratado. Isso vai ser tratado. Na secundária, têm um grande problema que herdámos, estas escolas, há mais de 20 anos que não tinham qualquer manutenção, e nós entrámos em funções e ela tem sido feita. A escola secundária Moita tem um grande problema, e é o único, e isso compete a quem fez, é a cobertura. A cobertura da escola da secundária da Moita é o problema que existe naquele estabelecimento, agora estarem a dizer, conforme estão a dizer, que as juntas não fazem nada, também não lhes fica bem e temos que ser verdadeiros.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a seu pedido.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Eu vou ser aqui breve na minha explanação, e dizer que pronto, pela primeira vez, vou ser obrigado a elogiar, pela primeira vez não, acho que já o fiz algumas vezes, sempre que se justifica e considero correto faço seja com quem for, o senhor Nuno Cavaco, que falou e disse uma coisa muito correta, é que as responsabilidades, e as escolas há muito tempo que não tinham manutenção, há muito tempo, quando passaram para as câmaras municipais já vinham com um parecer daquilo que fazia falta, há muito tempo que fazia falta, o Governo tinha na sua obrigação requalificar aquelas escolas, fazer a requalificação daquelas escolas, e não fez. E não é a Câmara, como foi aqui dito, e bem, como foi aqui bem explanado, com a verba para a manutenção, e reafirmo, manutenção, manutenção essa que a Câmara contratualiza e transfere esse dinheiro para as juntas para que façam esse trabalho de manutenção, não é com esse dinheiro que se vai resolver problemas, muitos deles estruturais, de anos, e que custam milhares e milhares de euros, por isso, temos, uma e outra vez, insistido com o Ministério da Educação para que resolva o problema de uma vez por todas.

Depois, dizer o seguinte. É certo que na 2/3 do Vale da Amoreira não houve nenhuma tempestade, houve só uma grande quantidade de assaltos em que partiram portas, partiram sanitários, partiram torneiras e rebentaram com os extintores todos, tiraram-nos das paredes, rebentaram, gastaram os extintores, já para não falar de outro material, por isso, acho de mau tom essa referência e revela o desconhecimento que a CDU tem sobre essa matéria. Mas, não foi só a 2/3 que foi assaltada, foram muitas as outras escolas que foram assaltadas, o que nos levou, a Câmara, a fazer uma enorme pressão sobre a DGEST para que os equipamentos de vigilância das escolas e a alarmística das escolas fossem atualizados, porque as câmaras nas escolas que nos foram transferidas, em muitas delas, não estavam a funcionar, e quando os meliantes se aperceberam disso, assaltavam uma, duas, três, quatro vezes até se cansarem e, às vezes, já nem era para roubar, era só para estragar e para estragar as portas, os sanitários.

Há prova disso e se quiserem a gente mostra-vos as queixas, de cada vez que isso aconteceu, há PSP, neste caso, na Baixa da Banheira. Os senhores devem saber isso, devem ter conhecimento disso, eu acredito que tenham, e se não o fazem dessa forma acho que é um bocadinho de má fé não reconhecerem isso. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Perante um pedido de defesa da honra apresentado pelo Vereador da Câmara Municipal João Figueiredo (sem microfone) disse:

“Senhor Presidente, eu só quero dar nota que, enquanto responsável pelo executivo, darei a palavra ao senhor Vereador na próxima reunião de Câmara, ou na pública, para que se possa defender e para falar sobre aquilo que achar por bem.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Realmente foi dito e acho que o senhor Vereador, pelo Regimento, tem direito à defesa da honra.”

Vereador da Câmara Municipal, João Figueiredo

“Eu pedi para fazer a defesa da honra, porque foi dito que eu disse algo que não é verdade.

Senhor Presidente, eu dei voz àquilo que os alunos me disseram e o senhor, o que está a dizer, é que o que os alunos me disseram não é verdade, mas olhe que os alunos da escola secundária da Moita sabem que existiam várias portas nas casas de banho da escola que não estavam a fechar. Só estou a esclarecer, porque até já esclareci pessoalmente o senhor Presidente, que a única coisa que eu fiz foi dar voz aos alunos da escola. Disse.”

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu, por acaso, o que vi na comunicação social foi a dizer que as juntas não fazem o trabalho delas, e quando interpelei o senhor Vereador foi no sentido de porque é que aquilo não é verdade, porque se conhecessem a realidade daquilo que foi dito, que a junta não faz o trabalho dela, não é os alunos que sabem o que é que é competências de uma ou de outra. E digo mais, as acusações que foram feitas também por um determinado aluno na comunicação social em relação a uma porta, que às 4:30 da tarde a porta estava no sítio dela, às 5 da tarde, quando houve o alerta vermelho e foi decretado o fecho das escolas, houve uma saída repentina de alunos, houve uma saída abrupta de alunos, e às 5:30 a porta estava arrancada e já havia fotografias nas redes sociais.

Agora, temos tido um trabalho estreito com quem está na coordenação das escolas e quando há situações reportadas nós acedemos, agora estar a dizer que a Junta não faz o seu trabalho, e isso foi visto, basta ir ver a reportagem. Acusou câmaras e juntas, eu falo e defendo a instituição que represento, e isso não é verdade. Nós temos atualizado, aliás, até temos feito mais trabalho naquela escola, e em todas, do que aquilo que nos compete, porque são decisões políticas e nós estamos cá para garantir essa qualidade, estamos cá para investir, agora, estar a dizer que a Junta não faz o seu trabalho, e isso foi dito pelo senhor Vereador, não é mentira, está gravado na SIC.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária, proferida pela Deputada Susana Martins

“Apesar da CDU continuar a ter inúmeras reservas sobre o processo de transferência de competências, tal como está a ser realizado, o nosso voto a favor nesta proposta específica tem como justificação a necessidade de não haverem grandes perturbações e ou alterações durante o decorrer do ano letivo, por um lado, e, por outro lado, porque há a necessidade de as escolas poderem chamar a si alguma autonomia que perderam na referida transferência de competências para as autarquias.

No entanto, esta proposta carece de informação adicional, como os relatórios dos contratos anteriormente efetuados, para que se possa perceber se as competências agora delegadas estão de acordo com as necessidades e expectativas das escolas e dos agrupamentos. De futuro, qualquer proposta desta natureza que não venha acompanhada do relatório de execução, não poderá continuar a ter o nosso voto favorável, pois não estão reunidas as condições para uma avaliação séria do documento proposto.”

Deputada Vivina Nunes do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Peço desculpa e vou entregar um requerimento para pedir a solicitação de informação sobre o relatório de execução da transferência de competências.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Aproveito esta pausa também para pedir à bancada da CDU se me pode fazer chegar uma relação de requerimentos que não tenha resposta, porque esta semana a Câmara Municipal, o Gabinete, respondeu a tudo e mais alguma coisa, mas pode faltar alguma coisa.”

Deputada Vivina Nunes do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“A nós não nos responderam a nada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Ao senhor João Faim foram respondidas várias, mas aí foi no âmbito da Comissão, e à bancada do CHEGA foi respondido também

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Dos dois requerimentos que nós fizemos, que já tinham também ultrapassado o prazo, mas nós consideramos, devido às situações climatéricas e ao trabalho que o executivo tem tido, voltarmos a colocar as propostas e uma delas foi respondida. Falta a outra, mas ainda está dentro do prazo.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Houve outra hoje respondida.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Do que eu vi foi uma só.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Veja por favor e depois também se vir que falta alguma coisa, eu agradeço que digam porque tenho reparado, realmente, uma melhor resposta e uma boa vontade em ter isto, e recebi uma mensagem do senhor Presidente a dizer o que é que falta responder, e é só para que saibam que há vontade da Câmara e é isso que interessa.”

3.5 - Versão final – Projeto de Regulamento para a atribuição no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível do Município da Moita

A proposta infra foi aprovada por unanimidade com nove votos a favor, sendo quatro do PS, três do CH e dois da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 13/02/2026:

“A Câmara Municipal deliberou em sessão ordinária de 14 de agosto de 2024, através da aprovação da proposta n.º 82/XIII/2024, o início do procedimento legal tendente à elaboração e subsequente aprovação de um Regulamento Municipal que incidisse sobre a atribuição habitações a afetar em regime de renda acessível, nos termos do Decreto-Lei n.º 68/2019 de 22 de maio, na sua atual redação.

O início deste Procedimento foi publicitado na Internet, na página institucional do Município, 16 de outubro de 2024 no site do Município em www.cm-moita.pt e nos locais de estilo, o edital n.º 21/GAP/XIII/2024, datado de 15 de outubro de 2024, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal da Moita Carlos Albino, tendo este período terminando a 29 de outubro de 2024, conforme o previsto no n.º 1, do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo (CPA), não se tendo verificado a constituição de qualquer Interessado no mesmo.

O Projeto de Regulamento Municipal de atribuição de habitações no âmbito do programa de arrendamento acessível foi aprovado por unanimidade através da proposta n.º 183/XIII/2024 em reunião de Câmara de 14 de agosto de 2024, de acordo com o previsto no artigo 99º do CPA.

Tendo em conta a natureza do documento, bem como a abrangência do mesmo, sendo expectável um elevado número de interessados, foi determinado não se proceder à audiência dos interessados prevista no n.º 1 do art. 100.º do CPA, nos termos e com os fundamentos referidos na alínea c) do n.º 3 do mesmo artigo, procedendo-se à consulta pública do Projeto do identificado Regulamento nos termos do disposto no n.º 1 do art. 101.º do citado CPA, por um período de 30 dias úteis, a contar da data da sua publicação, com vista à recolha de sugestões, tendo o mesmo sido publicado, por extrato, na 2.ª série do Diário da República a 09 de outubro de 2025 e no sítio institucional do Município a 05 de dezembro de 2025, com a visibilidade adequada à sua compreensão.

O período de apreciação pública do Projeto de Regulamento decorreu desde a data da publicação na II Série, do Diário da República, de 10 de outubro de 2025 até 20 de novembro de 2025.

No decurso da apreciação pública não foram apresentados quaisquer contributos, conforme consta no relatório de ponderação final anexo a esta proposta sob o n.º 1.

Pelo que, a versão final consolidada do Projeto Regulamento Municipal de atribuição de habitações no âmbito do programa de arrendamento acessível da Moita é o que resulta do projeto oportunamente aprovado em sessão de Câmara e que ora se junta como anexo II, fazendo parte integrante da presente proposta.

Face ao que vem exposto, propõe-se:

- Que a Câmara Municipal da Moita, no âmbito da competência que lhe é conferida ao abrigo do disposto nos artigos 238.º e 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro e das disposições previstas no Código do Procedimento Administrativo, no que respeita à atividade regulamentar, delibere:

1. Aprovar a versão final do Projeto de Regulamento Municipal de atribuição de habitações no âmbito do programa de arrendamento acessível do Município da Moita, constante do anexo II e que se dá como integralmente reproduzida;
2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o referido documento, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do indicado Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
3. Sob condição de aprovação dos pontos antecedentes, que seja ordenada a publicação oficial do regulamento em Diário da República e no sítio oficial do Município.

Anexos I: Relatório de ponderação de participação pública

Anexo II: Projeto Regulamento Municipal de atribuição de habitações no âmbito do programa de arrendamento acessível da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Vamos apresentar aqui então esta proposta, que é a versão do projeto de regulamento para atribuição de habitação no âmbito do programa de arrendamento acessível do município da Moita, já tínhamos um regulamento de renda apoiada, estava a faltar então o regulamento para renda a acessível, e aqui esta proposta permite-nos fazer discriminação positiva, neste caso, de atribuição de casas a jovens, a profissionais de segurança, a profissionais de saúde, e era isso que eu vos queria dar nota, que existe esse cuidado, existe esta visão política, existe este trabalho para que depois então possamos continuar a fazer acontecer nas mais diversas áreas, incluindo na da habitação. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo doze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária, proferida pela Deputada Eli Rodrigues

“A CDU votou a favor do regulamento de arrendamento acessível reconhecendo que esta é uma necessidade urgente da população.

No entanto, alertamos que a sua concretização será muito difícil, uma vez que a Câmara Municipal da Moita, no anterior mandato, apesar dos anúncios propagandísticos de aumentos de ofertas de habitação, pouco ou nada fez, pelo que dispõe de pouca ou nenhuma habitação disponível para colocar este regulamento em prática no imediato.”

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA, proferida pela Deputada Leonor Marta

“Consideramos que esta proposta é bem fundamentada, no entanto, há que ponderar uma fiscalização por parte da Câmara Municipal da Moita às casas de arrendamento acessíveis do município da Moita, visto ser um bem que pertence a todos nós que contribuímos para tal realidade. Tal efeito é de elevada importância para que se impeça ilegalizações dentro das mesmas por quem lá habita. Temos exemplos reais de subarrendamentos de quem lá vive.

É por isso que o CHEGA exige e propõe tolerância zero ao subarrendamento ilegal, um calendário de fiscalização porta a porta, cruzamento de dados com serviços de água e de luz.

Concluindo, o dinheiro dos municípios da Moita é sagrado e o CHEGA não abdica de fiscalizar quem tem o dever de governar com rigor. Pela Moita. Por Portugal. Disse.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Um ponto de ordem à Mesa só para dar aqui uma nota rápida e pedir à Mesa, porque acabámos de ouvir na declaração de voto que havia o conhecimento de subarrendamento e situações ilícitas. Quero lembrar que todos os titulares de órgãos públicos, ou todos os autarcas, têm obrigação, por lei, de denunciar ilegalidades, por isso, o que eu peço é a quem fez essas afirmações e se têm conhecimento nos façam chegar a listagem de pessoas que se encontram nessa situação para que a Câmara Municipal possa tomar ação imediata.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“E já agora informo que não há arrendamento acessível ainda.”

3.6 - Proposta nº 100/XIV/2026, aprovada por maioria na reunião ordinária da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2026 - Lançamento de Hasta Pública para a Concessão de Exploração na área interior do Mercado Municipal da Moita - Retificação de Erro Material (artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo)

A proposta infra foi aprovada por maioria, com seis votos a favor, sendo quatro do PS, dois da CDU; três votos contra do CH, na reunião da Câmara Municipal realizada em 24/02/2026:

“No âmbito da análise subsequente à aprovação da Proposta n.º 100/XIV/2026, apresentada e votada por maioria na reunião ordinária da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2026, identificou-se a existência de um erro material, suscetível de correção nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo.

Com efeito, apesar de, no corpo da Proposta, constar devidamente que a competência para autorizar o lançamento da Hasta Pública compete à Assembleia Municipal, tal referência não foi incluída na parte final da Proposta, onde se enunciam as deliberações a tomar. A omissão resulta de mero lapso material, não correspondendo ao conteúdo expresso e fundamentado ao longo do texto da proposta aprovada.

A fim de assegurar a necessária conformidade entre a fundamentação apresentada e os pontos sujeitos a deliberação, procede-se à presente retificação, passando a integrar a listagem de deliberações da Proposta n.º 100/XIV/2026 o seguinte ponto:

- Submeter à Assembleia Municipal a proposta de autorização para o lançamento de Hasta Pública, com vista à Concessão de Exploração de área localizada no interior do Mercado Municipal da Moita.

A presente retificação não altera o sentido nem o mérito da decisão tomada, limitando-se à correção de um erro material evidente, garantindo a precisão e completude do ato administrativo.

Para efeitos de instrução, **anexa-se ao presente pedido de retificação cópia da Proposta n.º100/XIV/2026**, tal como aprovada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Junto ali à zona onde se vendem produtos fruto-hortícolas no Mercado Municipal da Moita, há muito existe um conjunto de linhas demarcadas para que se possa, neste caso, vender produtos, só que aquele espaço não está ocupado, não está ao serviço de ninguém e, desta forma, queremos dinamizar o mercado e é por isso que trazemos esta proposta de hasta pública para que um qualquer comerciante possa vir e aparecer, e fazer e desenvolver ali a sua atividade comercial. Era isto que eu tinha a dizer relativamente a esta proposta.

Existem outras situações noutros mercados, existem outras lojas que, neste momento, ainda estamos a registar na posse do município e virão, futuramente, muitas mais lojas aqui a hasta pública para que as pessoas possam licitar e desenvolverem o seu comércio, seja na Baixa da Banheira, no Vale da Amoreira e noutros lugares locais, visto que em alguns dos sítios as lojas ainda não estavam registadas. Este espaço sim, já está em condições de poder ir hasta pública e é por isso que aqui o trazemos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Senhor Presidente, somos totalmente a favor da dinamização do comércio local, e que as pessoas mantenham e que evoluam nas suas atividades. No entanto, e percebemos a questão da clarificação e da transparência, obviamente, mas consideramos que se um arrendatário já explora um espaço é contraproducente, se calhar, levar este assunto a hasta pública, poderia ser feito um ajuste direto, porque já os foram feitos, penso eu. Penso eu, não sei se pode ser feito se não, mas certamente haverá mecanismos para facilitar e desburocratizar, se calhar, este processo, uma vez que não haverá mais ninguém a licitar. Era esta a questão que queria também colocar, se não haveria outro mecanismo para facilitar esta burocracia.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu vou ser rápido, só quero dizer duas coisas, e uma delas até para elogiar o senhor Presidente da Câmara, porque se há coisa transparente é isto. E não compreendo, não levem a mal, como um partido que se diz a favor da transparência, que não aprova investimento porque diz que é despesa, vir agora dizer que se fazia aqui um arranjinho e ficava quem estava e prejudicando os outros todos, que é o foi dito aqui. Portanto, a gente tem pouco tempo para ler as coisas, mas temos que ter cuidado e eu tenho assistido aqui, e peço desculpa, a coisas que não queria ouvir. Aliás, vou-me rir, mas até me fizeram elogiar o Presidente da Câmara. Mas, se há coisa transparente é este processo, e quando o é é, e eu quero dizer que a gente tem que ter cuidado com aquilo que diz.

E atenção porque, às vezes, parece que são coisas pequenas, mas é com as coisas pequenas que se fazem grandes coisas, porque a seguir, e há bocado foi dito também pela bancada do CHEGA outra coisa que era “vamos lá ver nas casas todas se há alguma coisa que está mal”, então e as pessoas que lá estão também não têm direito? Faz-se um ajuste direto e está tudo resolvido. Vamos ter calma, vamos pensar, esta coisa de estar sempre contra a Câmara não é assim, a Câmara faz coisas boas, faz coisas más, temos que ajudar aqui na dialética, mas acima de tudo temos que nos preservar, portanto, a Câmara está a fazer muito bem e o nosso dever é garantir que as coisas sejam feitas da melhor maneira e, neste caso, nem sequer há dúvida nenhuma, e isto é o básico, por isso é que eu falei.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“A minha intervenção foi como pergunta, não foi como uma verdade absoluta, e percebo que tentem facilitar alguns processos, uma vez que também fazem parte de 46 anos de governação da Câmara e, se calhar, se facilitarmos algumas coisas bem sabem do que estão a falar, mas isto é só um aparte. Só um aparte.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu só queria deixar aqui uma nota porque, por acaso, estou a perceber onde é que o Deputado Vítor Cardoso quer chegar, porque este tipo de apreciação já foi feito também em reunião de Câmara pública, e por isso eu sei qual é o caminho que o senhor Deputado Vítor Cardoso quer demonstrar aqui, mas há uma coisa que é importante as pessoas perceberem, a Câmara Municipal está a colocar este espaço em hasta pública porque houve, de facto, um interesse, e se não houvesse um interesse, provavelmente, se calhar, até não era colocado em hasta pública. O que a Câmara não pode fazer é, só porque houve um interesse da pessoa, adjudicar diretamente àquela pessoa. Não, tem que dar lugar a uma hasta pública, onde toda a gente que queira e que tenha condições, faça essa proposta, por isso, não se pode dar saltos para facilitar um processo porque ele tem que ser transparente. Porque hoje houve um interesse da pessoa, A, mas amanhã pode haver um interesse da pessoa B, C, D, até pode haver 20 interessados no espaço, e por isso a Câmara tem que garantir transparência no processo da adjudicação dos espaços comerciais, para garantir que toda a gente tem acesso à mesma possibilidade, e por isso é importante que as pessoas percebam isto.

Agora, é óbvio que, todos os dias, e acredito, acho que isto acontece em todas as câmaras municipais, vem um privado dizer “olhem tenho interesse nisto, olhem tenho interesse naquilo”, como é normal, e depois a Câmara Municipal, tendo em conta as políticas que quer seguir, coloca ou não coloca aquele bem em hasta pública e aí todos podem concorrer nas mesmas condições. Só para deixar isto claro que é para não haver dúvidas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia intervir.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Querida dizer que, basicamente, é aquilo que, neste caso, tanto a CDU como o PS acabaram de explicar àqueles que acabam agora de chegar, e percebem pouco destas lógicas, e a quererem simplificar propõem irregularidades, e isso não. Isso aí é que nunca. Aqueles arranjinhas para aqui, para ali, para este e para aquele, para aquele que já lá está, então mas porque preço, porque valor. Desculpem lá, enquanto eu estiver à frente da Câmara não. É concurso público internacional, hastas públicas, e depois venha quem vier e ganha quem der o preço mais alto, e há de ser sempre assim. Porque, se calhar, pode-se pensar que há muito interessados e não interessado nenhum, já aconteceu pensar-se que havia muitos interessados e não havia interessado nenhum, e depois, passado um tempo, apareceram muitos interessados. E acontece, é a coisa mais normal do mundo e a Câmara Municipal adjudicará sempre por aquela que for a oferta mais elevada. Sempre, e que sobre isto não exista qualquer sombra de dúvida nestas e noutras matérias.

E é dessa forma também, e não sei se ainda dá para marcar visita ou não, está a acontecer, neste momento, as visitas ao quiosque da Marginal, agora não sei de cor o estado do procedimento, se ainda houver quem que se possa inscrever, inscreva-se, se não quero já dizer, para que não haja sombra de dúvidas, queremos desenvolver um também na Baixa da Banheira, e quem se quiser inscrever inscreva-se, e temos as lojas do Vale da Amoreira também disponíveis e queremos colocá-las em hasta pública para arrendar para as pessoas poderem desenvolver a sua atividade comercial, por isso, quem se quiser inscrever para licitar inscreva-se. Olhe, o senhor, se quiser ir lá para o mercado vender fruta ou outros produtos, inscreva-se está bem? É isso que eu lhe quero dizer, agora, por favor não lança anátemas e não lance suspeitas sobre um conjunto de pessoas que não faz sentido. Um bocadinho mais decência.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Senhor Presidente, não quero que a Câmara cometa qualquer ilegalidade, obviamente não esteja aborrecido porque não é isso que eu estou a propor. Eu perguntei, aliás, até porque o ajuste direto não é uma ilegalidade, como sabe, não é neste caso, o ajuste direto, na lei, em outras situações, não é nesta. Agora, nesta situação concursal, admito que possa não ser aplicável e era isso que eu estava a perguntar por uma questão de facilitar os procedimentos, mas como não é possível agradeço a resposta da Câmara e o esclarecimento também do Deputado do PS, e para esta situação não é possível. Já percebi.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo doze do PS, oito da CDU, dois do PSD, um do BE; sete votos contra do CH.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“De acordo com o Regimento, chegando à meia-noite e meia hora, as sessões devem terminar por aqui, a menos que se esteja a meio da discussão de um ponto onde se pode prolongar um pouco. Falta um ponto, que é o relatório da atividade municipal, que tem uma hora e, normalmente, muito assunto de discussão, portanto, uma vez que na segunda-feira há a Assembleia Intermunicipal, na terça já uma Comissão marcada, eu proponha a continuação desta Assembleia para de hoje a oito dias, sexta-feira, se estiverem de acordo.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Senhor Presidente, devo informar, merecendo este órgão todo o nosso respeito, e sabendo a separação de poderes e a fiscalização, e a Câmara estando obrigada, o executivo, a vir cá, se o senhor Presidente da Assembleia assim o marcar, o que eu iria propor, e apelar à boa vontade de todas as bancadas, era continuarmos a discussão deste ponto, porque a Câmara Municipal, no âmbito das suas representações, já assumiu um conjunto de compromissos, alguns que nem sequer são marcados por nós, neste período em que estamos. Para que se veja, amanhã tenho uma reunião da CIM e, às vezes, é difícil por questões de agenda. E, eu acredito que, com boa vontade, se discutia este ponto na reunião de hoje, mas isto sou eu a achar, por uma questão de boa vontade. Se essa boa vontade existir por parte de todos discute-se este ponto hoje, é só uma proposta minha.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Senhor Presidente, peço desculpa, mas o senhor aqui não faz propostas à Assembleia Municipal. É uma competência da Assembleia Municipal, portanto, são os deputados que têm que decidir. Eu pergunto à Assembleia Municipal se quer, realmente, continuar e discutirmos este último, ou se quer continuar noutro dia, e tentarei conciliar o mais possível a agenda que a Câmara possa ter já de comprometimento e também das pessoas que estão aqui presentes.

Portanto, os senhores estão disponíveis para continuarmos a discutir e fecharmos aqui hoje já esta Assembleia com o último ponto? A bancada do CHEGA diz que não, a bancada da CDU?”

Deputada Vivina Nunes do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Senhor Presidente, eu percebo o pedido do senhor Presidente da Câmara, mas, efetivamente, vamos perder qualidade no debate e penso que, num relatório tão extenso como o que nos foi entregue, deveríamos ter tempo para discutir algumas questões que não pudemos fazer no período antes da ordem do dia, mas que é nos atos da Câmara que as queríamos colocar e com algum tempo.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Por nós podemos continuar a fazer a discussão do ponto. Não colocamos qualquer objeção na continuidade da Assembleia sabendo, claramente, o regulamento que existe, mas não temos qualquer objeção na continuidade da discussão do ponto.”

Deputada Alice Cantante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

“Não estamos de acordo. Se o ponto a discutir é extenso preferimos fazer noutro dia.”

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“Por mim, entendo que deve se cumprir o nosso regulamento, portanto, chegou aqui, terminou.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sendo assim, eu só pergunto ao senhor Presidente da Câmara se tem, realmente, algum compromisso que não pode, ou que lhe causa muito transtorno, ser na sexta-feira, podemos fazer na quarta ou na quinta. Quarta, quinta ou sexta, por favor.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Senhor Presidente, na terça-feira não é possível porque?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Na terça-feira existe já programada a reunião da Comissão de Ambiente.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Então, seria questão de se adiar, para ser o mais breve possível.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Terça-feira é a reunião da Comissão, mas da Comissão da Segurança e da Coesão, mas se as pessoas da Comissão estiverem de acordo podemos adiar.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A CDU aceita a proposta do CHEGA e a conveniência da Câmara.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sendo assim, estamos de acordo.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Já agora, só dizer que é também necessário marcar a reunião da Comissão.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sim, eu e o senhor Coordenador falaremos nisso e marcaremos.”

Dado o adiantado da hora, e em conformidade com o nº2 do artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, o Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos, sendo a presente Sessão retomada no ponto, imediatamente, seguinte, na 2ª Reunião que se realizará no dia 3 de março de 2026, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, deu por concluída a 1ª Reunião e deu indicação ao 2º Secretário para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente Sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a 1ª Reunião da Sessão, eram zero horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

O Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário

António Duro

Ana Rita Neto

João Palma

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIV MANDATO 2025 - 2029
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 31.01.2026 A 27.02.2026
EM CONFORMIDADE COM O Nº6 DO ARTIGO 47º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
016	16-02-2026	GMBE - Grupo Municipal do BE	Remete requerimento dirigido ao Presidente da CMM sobre "Degradação da Escola Secundária da Moita"
017	18-02-2026	Caravela D'Ideias - Associação das Mulheres de Alhos Vedros	Remete Relatório de Atividades e Contas 2025 e Plano de Atividades 2026
018	19-02-2026	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da Reunião Ordinária realizada no dia 13.02.2026
019	19-02-2026	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para efeitos de apreciação e pedido de inclusão no POD da próxima sessão da Assembleia Municipal: 1ª Revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano; Aprovação da Delegação de Competências para os Agrupamentos de Escola da Moita e respetiva contrapartida financeira no âmbito do processo de Descentralização da Educação; Versão final – Projeto de Regulamento para a atribuição no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível do Município da Moita
020	24-02-2026	Susana Paula da Silva Vasques	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de fevereiro, a realizar no dia 27/02/2026
021	25-02-2026	CIM PS - Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal	Remete convocatória a enviar aos eleitos do município na Assembleia Intermunicipal da CIM da Península de Setúbal, para o Ato de Instalação que se realizará no dia 2 de março, pelas 21 horas, no Convento dos Capuchos, em Almada
022	25-02-2026	João Miguel da Silva Romba	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de fevereiro, a realizar no dia 27/02/2026
023	26-02-2026	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para efeitos de apreciação e pedido de inclusão no POD da próxima sessão da Assembleia Municipal :Proposta nº 100/XIV/2026, aprovada por maioria na reunião ordinária da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2026 - Lançamento de Hasta Pública para a Concessão de Exploração na área interior do Mercado Municipal da Moita - Retificação de Erro Material (artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo)
024	26-02-2026	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da Reunião Ordinária realizada no dia 24.02.2026
025	27-02-2026	Diogo Domingues Louro	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de fevereiro, a realizar no dia 27/02/2026